



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

JULIANA PEREIRA GOMES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS PERSPECTIVAS DE JOVENS DO
DF ACERCA DE SUAS ESCOLHAS E EXPECTATIVAS FUTURAS**

BRASÍLIA – DF

2013

JULIANA PEREIRA GOMES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS PERSPECTIVAS DE JOVENS DO
DF ACERCA DE SUAS ESCOLHAS E EXPECTATIVAS FUTURAS**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kipnis

Brasília – DF

2013

GOMES, Juliana Pereira. Educação Profissional: As perspectivas de jovens do DF acerca de suas escolhas e expectativas futuras / Juliana Pereira Gomes. Brasília/ DF, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade de Brasília – UnB, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kipnis

JULIANA PEREIRA GOMES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS PERSPECTIVAS DE JOVENS DO
DF ACERCA DE SUAS ESCOLHAS E EXPECTATIVAS FUTURAS**

Trabalho Final de Curso submetido à Banca
Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, como requisito para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Orientador – Faculdade de Educação – UnB

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella
Membro Titular

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha
Membro Titular

Data da aprovação: ____/____/____

À minha querida mãe Terezinha,

Ao meu irmão Felipe e

Ao meu tio Manoel (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por seu infinito amor, por sempre me guiar e guardar, pela oportunidade de realizar esse curso e pela fé e força para superar os obstáculos até aqui.

A minha mãe Terezinha e ao meu irmão Felipe, por toda dedicação, apoio e por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Sem vocês nenhuma conquista faria sentido.

A todos os familiares que sempre torceram pelo meu sucesso.

Aos amigos que fiz durante a graduação e, em especial, a Grazielle (My Best!), Verônica, Fernanda, Fátima e Ana Paula. Obrigada pelo companheirismo meninas, vocês são um presente em minha vida!

A todas as amigas e amigos que compartilharam comigo momentos inesquecíveis.

As minhas colegas e amigas de estágio no TCU, que representou uma fase na minha vida de crescimento profissional e pessoal.

A todos os professores que contribuíram na minha formação através de seus conhecimentos.

Ao meu orientador, Bernardo Kipnis, por todo aprendizado, pelo auxílio ao longo dos projetos da graduação e em especial na construção desse estudo.

Aos membros da minha banca examinadora, que se dispuseram a me avaliar e agregar mais conhecimentos nesta etapa importante da minha graduação.

Enfim, a todos que fazem parte da minha vida e contribuíram para a realização desse trabalho.

Muito obrigada!

“A educação não muda o mundo.
A educação muda pessoas.
Pessoas mudam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

As questões juvenis tem se tornado tema cada vez mais presente nos debates sociais e políticos (IPEA, 2009). Percebe-se a importância de oferecer aos jovens oportunidades concretas de experimentação e inserção social, que contribuam para construção de suas identidades. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender a educação profissional e as perspectivas dos jovens do ensino técnico do Distrito Federal sobre suas expectativas futuras. Inicialmente no referencial teórico é abordada a evolução da Educação Profissional no Brasil, resgatando aspectos marcantes dessa trajetória e as ações governamentais principalmente a partir do governo do Fernando Henrique Cardoso, por meio de autores como Cunha (2000), Kuenzer (2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Ainda no referencial é tratado sobre a condição juvenil na sociedade contemporânea e as políticas públicas de juventudes com base em estudos da UNESCO (2004), Aquino (2009) e Carrano (2011). Optou-se pelas abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa, utilizadas de forma complementar. A abordagem qualitativa, por meio da realização de um grupo focal, permitiu a elaboração de categorias que serviram de base para a análise e elaboração de um questionário, que constituiu a parte quantitativa da pesquisa, que pretendia maior amplitude de alcance. Os resultados apontam que um dos fatores que influenciaram os jovens na escolha pelo ensino técnico é a duração dos cursos e atribuem muita importância da certificação do ensino técnico, vista como uma forma de qualificação e facilitadora na entrada no mercado de trabalho. No geral sentem-se satisfeitos com a formação que estão recebendo e com as condições estruturais das instituições, que também se torna um espaço de socialização dos jovens. Os dados também revelam que a maioria dos jovens participantes pretendem dar continuidade dos estudos no nível superior de ensino.

Palavras-chave: Educação Profissional; Jovens do DF; Expectativas futuras.

ABSTRACT

The Youth issues have become a theme increasingly present in social and political debates (IPEA, 2009). It is known the importance of offering young people real opportunities for experimentation and social inclusion, which contribute to the construction of their identities. In this sense, the present work aims to understand the vocational education and youth perspectives of technical education in the Federal District on their future expectations. Initially the theoretical framework is discussed the evolution of Vocational Education in Brazil , drawing back striking aspects of this trajectory and government actions mainly from the government of Fernando Henrique Cardoso by authors such as Cunha (2000), Kuenzer (2007), Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005). Also, the reference is treated on the condition of youth in contemporary society and public policies concerning youth based on studies of UNESCO (2004), Aquinas (2009) and Carrano (2011). We chose the qualitative and quantitative methodological approaches used in a complementary fashion. The qualitative approach by conducting a focus group allowed the elaboration of categories that were the basis for the analysis and preparation of a questionnaire, which was the quantitative part of the survey, which sought greater outreach. The results indicate that one of the factors that influenced the choice of young people in technical education is the course duration and attach much importance of accreditation of technical education seen as a way of facilitating the qualification and entry into the labor market. Overall feel satisfied with the training they are receiving and the structural conditions of the institutions, which also becomes a space of socialization of young people. The data also reveal that most of the young participants intend to continue their studies at higher education level.

Keywords: Professional Education; Federal District Youth; Future expectations

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Sexo dos alunos.....	43
Gráfico 2 – Idade dos alunos.....	44
Gráfico 3 – Escolaridade dos pais.....	45
Gráfico 4 – Alunos que trabalham.....	46
Gráfico 5 – Renda familiar.....	47
Gráfico 6 – Avaliação das Matérias/Conteúdos e Infraestrutura escolar.....	51
Gráfico 7 – Relação com os professores.....	52
Gráfico 8 – Relação com os colegas.....	52
Gráfico 9 – Estímulos dos professores e colegas.....	53
Gráfico 10 – Experiências profissionais durante a formação.....	54
Gráfico 11– Grau de satisfação com a formação técnica.....	55
Gráfico 12 – Importância do certificado do Curso Técnico.....	56
Gráfico 13 – Contribuição do ensino técnico para formação.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Idade x turno do curso.....	44
Tabela 2 - Se o aluno trabalha x o turno do curso.....	46
Tabela 3 - Se o aluno trabalha x com quem mora.....	47
Tabela 4 - Fatores que interferiram na escolha pelo ensino técnico.....	49

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

Conjuve – Conselho Nacional de Juventude

EP – Educação Profissional

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FE – Faculdade de Educação

FHC- Fernando Henrique Cardoso

IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAS - Programa de Avaliação Seriada

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PPJ- Políticas Públicas de Juventude

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço de Aprendizagem Comercial

SGPR – Secretária-Geral da Presidência da República

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
MEMORIAL EDUCATIVO.....	16
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO	22
CAPÍTULO II: AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO GOVERNO FHC	29
CAPÍTULO III: JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
3.1: A condição juvenil.....	33
3.2: O jovem como objeto de Políticas Públicas.....	36
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA	39
4.1: Abordagem metodológica.....	39
4.2: Pesquisa Qualitativa.....	40
4.3: Pesquisa Quantitativa.....	42
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
5.1: Do perfil dos alunos.....	43
5.2: Das motivações e escolhas.....	48
5.3: Do contexto escolar.....	50
5.4: Das expectativas futuras.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
PERSPECTIVAS FUTURAS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICES.....	66
ANEXOS.....	77

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi estruturado em três partes, a primeira é o Memorial Educativo, a segunda constitui-se a Monografia e a terceira minhas Perspectivas Profissionais. No Memorial Educativo faço um relato da minha trajetória escolar, começando pela educação básica até a vivência acadêmica na Universidade de Brasília. Resgato aspectos importantes desse período, como a escolha pelo curso de Pedagogia, as experiências que durante o curso contribuíram para minha formação e a decisão pela temática abordada na Monografia.

A Monografia, segunda parte do trabalho, trata-se de um estudo científico baseado nas abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o grupo focal e um questionário previamente organizado pela autora. O estudo discorre sobre a educação profissional e as perspectiva do jovem, matriculado nessa modalidade de ensino, para seu futuro e está dividido em cinco capítulos.

No capítulo I (um) denominado “A Educação Profissional no Brasil: um regate histórico” é abordada a evolução da EP no Brasil, trazendo elementos dessa modalidade de ensino. Alguns aspectos como a dualidade estrutural, que marca a trajetória da educação profissional, e as iniciativas governamentais, como as leis e decretos que tentaram a superação da dualidade são abordados.

O capítulo II (dois), intitulado “As concepções da Educação Profissional a partir do governo FHC” trata das ações e iniciativas direcionadas à Educação Profissional nos diferentes governos mostrando as diferentes concepções adotadas.

No capítulo III (três), “Juventude e Políticas Públicas” é discutido sobre a condição juvenil no contexto da contemporaneidade, ressaltando a ideia de que a juventude é vivida de maneira diversificada entre os jovens, apesar dos elementos comuns a esta etapa da vida. E, ao pensar em políticas públicas para juventude é importante ter em mente que essa fase faz parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que têm especificidades que marcam a trajetória de cada um e por isso torna-se importante considerar a pluralidade e as múltiplas possibilidades que caracterizam a vivência juvenil

O capítulo IV (quatro) é destinado à metodologia adotada na pesquisa. É especificado a abordagem utilizada e os instrumentos de coleta de dados. O quinto, e último capítulo, são realizados as análises e discussão dos resultados. Ainda na estrutura da Monografia encontram-se as considerações finais acerca da temática abordada.

A terceira parte do trabalho consiste na exposição das minhas perspectivas profissionais após a conclusão do curso de pedagogia, levando em consideração conhecimentos adquiridos nesse período e as minhas experiências, tanto acadêmica como pessoal.

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Juliana Pereira Gomes, nasci no dia 27 de maio de 1992 no Gama. Minha trajetória escolar começou aos 5 anos, matriculada na pré-escola. Minha mãe sempre me conta do meu primeiro dia de aula. Quando cheguei à escola a direção informou que a minha professora estava de atestado e eu não teria a primeira semana de aula. Mas, eu não queria ir para casa, queria ficar na escola, pedi até para ficar em outra turma. Não permitiram e à minha mãe coube a tarefa de me convencer a voltar para casa. Enquanto muitos estavam chorando para irem para casa, fiquei triste em não permanecer na escola aquele dia. Na outra semana tive a oportunidade de conhecer a minha primeira professora, chamada Graça, e meus primeiros colegas de classe.

Durante a alfabetização aprendi a ler e escrever rápido, graças à dedicação da minha professora e a minha mãe que sempre me auxiliou durante esse processo, revisando comigo o conteúdo de sala e passando outras tarefas extras. Posso dizer que todos os professores contribuíram da sua forma, para que eu pudesse ter uma boa base para dar continuidade aos meus estudos e não encontrar tantas dificuldades nas séries que viriam.

Aos 10 anos comecei o ensino fundamental, na CEF 10 do Gama, que durou quatro anos. Foi um tempo de muitas mudanças. Uma das mais significativas ao começar a 5ª série é se acostumar com a quantidade de disciplinas e consequentemente a de professores. Eu não tive muitas dificuldades nessa transição e sempre participei de projetos que a escola possuía, como horta, origami, coral e um dos que eu mais gostava que era o xadrez.

Aos 14 anos ingressei no ensino médio, um período que considero de decisões importantes. Nesse momento foi quando realmente parei para pensar em um curso de nível superior e no que faria quando finalizasse o ensino médio. Um dos momentos que o jovem sofre muita pressão é nesse momento de finalização da educação básica, pois existem muitas cobranças. Naquele momento seria difícil para minha família custear as despesas com a faculdade, então o ingresso na UnB era uma das alternativas que visualizadas. Comecei a fazer parte de um grupo de estudos aos finais de semana, tínhamos aula com professores de várias áreas, que davam aula em algumas escolas de ensino médio no Gama e nos ajudavam.

Quase no final do ensino médio, surgiu uma oportunidade para inscrições em cursos técnicos no SENAI, na época custeados pelo Governo do Distrito Federal. Não pensei duas vezes e me inscrevi no curso Técnico em Administração e fui selecionada para realizá-lo.

Foram dois anos de bastante aprendizado, que foram além de apenas conteúdos, mas de crescimento pessoal e que hoje me faz ter mais interesse na área de pesquisa de educação profissional.

Ao final de 2009 me inscrevi para realizar o Programa de Avaliação Seriada (PAS), o vestibular da UnB e também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A escolha pelo curso foi um momento de muitas dúvidas. Em relação ao curso de pedagogia gostava da área de educação, mas não tinha a certeza se me daria bem nessa área. Como conhecia alguns pedagogos e sabia que atuação do pedagogo não se restringia a sala de aula, achei uma boa opção o curso visto que havia me identificado com uma boa parte das disciplinas do currículo. Quando me inscrevi por ter ingressado em um curso técnico, que era realizado durante o dia, e ter vontade de estagiar ou trabalhar durante o dia quando acabasse o curso técnico escolhi o período noturno para fazer o curso de pedagogia.

O resultado da UnB foi o primeiro a ser divulgado e quando me ligaram dando a notícia, que eu havia passado para pedagogia (eu não tive coragem de olhar!) fiquei muito feliz. Foi uma mistura de emoções que não consigo explicar, simplesmente não acreditava. Estudar na UnB seria muito bom, principalmente por ser uma universidade reconhecida, mas não acreditava que conseguiria passar.

Finalmente em 2010 comecei o curso de pedagogia aqui na UnB e de cara com uma greve que durou 2 meses. Fui durante a primeira semana prevista para aulas para participar da programação de recepção aos calouros, pois julgava importante esse primeiro contado. Eu estava com muita expectativa e ansiosa em relação ao curso e a Universidade e contava os dias para de fato começar.

O ambiente da Universidade, antes desconhecido, pois a primeira vez que vim na UnB foi no dia da matrícula, era muito diferente do que eu estava acostumada. As disciplinas do primeiro semestre foram de grande valia para que eu me habituassem a esse novo espaço. Durante o primeiro ano do curso de pedagogia pude consolidar a certeza da minha escolha pelo curso e às minhas expectativas foram superadas. Uma das coisas que mais me chamaram atenção é autonomia que o aluno tem durante o curso. O currículo é flexível, com uma quantidade considerável de disciplinas optativas, que os alunos podem escolher quais desejam realizar, e ainda 24 créditos de modulo livre.

A proposta dos projetos individualizados é interessante na medida em que proporcionaria ao aluno um aprofundamento em uma área de seu interesse. Os projetos te permitem conhecer várias áreas, o que considero bom e ao mesmo tempo ruim se o aluno não

souber se organizar, pois os projetos são considerados o fio condutor que pode vir a se constituir o trabalho final de curso.

No projeto 1 - Orientação Acadêmica Integral (OAI) pude conhecer um pouco sobre a história da Faculdade de Educação e da Universidade de Brasília, foi um momento de se situar no espaço e no que representava estar em uma universidade pública. Conheci o Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da UnB e a proposta curricular. O projeto 1 foi realizado no primeiro semestre junto com outras disciplinas que gostei bastante, como por exemplo, a disciplina de Oficina Vivencial ministrada na época pelo professor Armando. A proposta da disciplina permite que os alunos se conheçam e se fortaleça as relações.

No Projeto 2 tive a oportunidade de refletir sobre o que é ser pedagogo e seu papel na sociedade. Conheci a trajetória do curso de pedagogia no Brasil e como este foi se estruturando ao longo dos anos. Foram nos apresentado as diversas áreas de atuação do pedagogo no campo profissional e realizei algumas atividades de campo para compreender melhor a função do pedagogo nos diferentes espaços. Realizei o projeto 2 enquanto cursava o segundo semestre e foi quando tive o primeiro contato com um dos tripés da universidade que é a pesquisa. Considero um momento importante que o aluno comece a pensar a trajetória que se quer percorrer no curso.

O projeto 3 realizei com a professora Sônia Marise na área de economia solidária. O projeto de extensão aconteceu na cidade de Santa Maria e nossa atuação foi baseada na prática reflexiva através da ação-reflexão-ação no sentido de construir a autonomia e também ao encontro das necessidades da comunidade.

Realizei o projeto 4 em uma escola da rede pública de ensino sob orientação do professor Bernardo. A experiência do estágio é muito importante para a formação acadêmica, considerando que ao chegar à universidade o aluno se depara com o conhecimento teórico, porém muitas vezes, é difícil relacionar teoria e prática se o graduando não vivenciar momentos reais. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade. A experiência do estágio permitiu que eu me aproximasse da realidade da sala de aula, não apenas como observadora.

Também realizei no período da graduação o estágio não-obrigatório na área de educação a distância, como monitora em cursos de capacitação de servidores públicos. O estágio tem sido um espaço de bastante aprendizado de práticas educativas e também é uma área que me chama bastante atenção.

Posso afirmar que fui gostando mais do curso a cada semestre que se passava. Fui reconhecendo cada vez mais a importância da educação como ferramenta de transformação

social. Durante o curso passei por vários momentos, tive disciplinas e professores que contribuíram significativamente na construção do meu conhecimento. Uma das disciplinas que posso destacar como determinante no trajeto no curso foi Pesquisa em Educação 1, ministrada pelo professor Bernardo Kipnis, que foi quando tive o primeiro contato com um dos tripés da universidade, a pesquisa. Na disciplina desenvolvi uma pesquisa em grupo sobre violência na escola e gostei muito de realizá-la e me interessei pela área de pesquisa. Fui monitora da disciplina durante 2 semestres seguidos.

Após esse período de monitoria, o professor me convidou para participar de um projeto do ProIC, no qual realizei durante um ano. Desenvolvi um estudo na área de educação profissional e o que me levou a hoje a aprofundar os conhecimentos até então adquiridos e escrever minha monografia nessa área.

PARTE II

MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os jovens passaram a ser alvo do crescente interesse público, segundo Abramo (2008) o termo juventude nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas no Brasil, tanto no âmbito federal, como estadual e local. Para Sposito (2009, p 17) “o tema juventude alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da interseção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores”. Percebe-se uma visibilidade maior do segmento juvenil a partir da gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, que se intensifica no governo de Luiz Inácio da Silva com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

Quando começa ou termina a juventude? Quem são esses jovens? Estas são apenas algumas das questões que permeiam as discussões sobre o jovem na contemporaneidade e que permitem diferentes respostas. Embora haja diversos sentidos para o que venha a ser jovem, as variadas ciências tentam demarcar conceitualmente a juventude. A psicologia procurando entender aspectos comportamentais; a demografia preocupada em localizar esse segmento no conjunto populacional a partir de cortes de idades precisos, a sociologia e antropologia com estudos voltados para a atuação de jovens na dinâmica social (UNESCO, 2004).

Percebe-se a dificuldade e complexidade que envolve a definição do termo juventude, que varia de acordo com a ciência que o utiliza. Além disso, é necessário considerar o contexto social, histórico e econômico e critérios de diversidade, gênero e localidade geográfica que irá influenciar diretamente na construção desse conceito. Por isso, apesar de aspectos comuns a todos os jovens é comum a utilização do termo juventudes, no plural, nos diversos estudos (UNESCO, 2004).

No que diz respeito à educação, a escolha pelo ensino técnico de nível médio é uma das possibilidades que o jovem encontra no percurso educacional brasileiro como forma de dar continuidade ao ensino fundamental. A possibilidade de continuidade pelo ensino técnico pode ser realizada nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, de acordo com o Decreto nº 5.154 de 2004. No entanto, nota-se que a relação entre educação básica e educação

profissional sempre esteve marcada por uma dualidade estrutural (CUNHA, 2000, CARVALHO, 2003, KUENZER, 2000).

O interesse pelo tema surgiu quando participava do Programa de Iniciação Científica durante os anos de 2011 e 2012 e realizei uma pesquisa, cuja minha vertente de trabalho foi a educação profissional. O estudo anterior foi utilizado como base para o desenvolvimento do TCC, aprofundando questões sobre qual a percepção que o jovem tem do ensino técnico? Quais são as expectativas desse jovem para o seu futuro?

Constitui-se desta forma o objetivo geral do trabalho compreender a educação profissional e as perspectivas dos jovens do ensino técnico do Distrito Federal sobre suas expectativas futuras.

Como objetivos específicos:

- Compreender os motivos que levam os jovens a escolherem o ensino técnico;
- Analisar como os jovens do ensino técnico avaliam seu ensino;
- Compreender as expectativas dos jovens quanto ao seu futuro;

Espera-se que o estudo desenvolvido possa contribuir para compreensão da educação profissional e considerando que os jovens vêm ganhando cada vez mais espaço no debate da sociedade atual, que o trabalho também possa contribuir para futuros estudos sobre a juventude brasileira, especialmente no âmbito do DF.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

A trajetória histórica da educação profissional no Brasil revela que esta foi marcada por uma dualidade estrutural, presente no sistema educacional e reflexo da sociedade brasileira. Para Kuenzer (2007) em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão social e técnica do trabalho era também bem demarcada a trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais ou instrumentais.

Segundo Moura (2007) quando a educação profissional surge no país percebe-se que ela adota um caráter assencialista. Sua finalidade era atender aos socialmente desfavorecidos e, portanto, sem condições de frequentar o sistema regular de ensino, os tornando por excelência clientela de cursos profissionalizantes. Posteriormente, assume uma função de formação de mão-de-obra para atender às necessidades do setor produtivo, atrelada aos interesses econômico-sociais do país.

O início da educação profissional no Brasil nos reporta aos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, quando colégios e residências dos jesuítas se tornam os primeiros núcleos de formação profissional de ofícios no período colonial, que após a expulsão da Companhia do país em 1759, obriga o Estado a estabelecer outro aparato escolar. Mas, a primeira notícia de iniciativa governamental em direção a profissionalização é datada em 1809 com o Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, que cria o Colégio das Fábricas, após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil.

Entre os anos de 1840 e 1856, foram fundadas as casas de educando e artífices, integralmente mantidas pelo Estado e destinadas aos órfãos e desvalidos. Ainda no século XIX foram criadas sociedades civis para amparo de crianças órfãs e abandonadas permitindo que estas tivessem uma base teórica e prática sendo inseridas no ensino industrial. Tinha-se por objetivo atender os menos favorecidos a não cometerem ações que estivessem fora dos bons costumes. As sociedades mais importantes foram os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886).

Em 1909 o presidente Nilo Peçanha instala 19 escolas de Aprendizes Artífices destinadas “aos pobres e humildes”, em vários estados. Mais do que uma preocupação com as

necessidades da economia, percebe-se que o que motivou a criação dessas escolas foi a preocupação do Estado em oferecer uma alternativa de inserção no mercado de trabalho aos jovens provenientes das camadas menos favorecidas da população. Eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, porém voltadas para o ensino industrial.

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e contra-mestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalho manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais. (MANFREDI, 2002, p.83-84)

A preparação para o exercício de funções instrumentais estava ligada ao processo de industrialização que vinha se desencadeando a partir da década de 30 que se exigiam profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e para prestação de serviços. Com o processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira houve mudanças significativas no cenário da educação, vários decretos-lei¹ são promulgados com o objetivo de estruturar e organizar a educação.

A separação entre educação propedêutica e formação profissional é evidente nesse período, fruto da cultura escravocrata da sociedade brasileira, da desvalorização do trabalho manual e da supervalorização do trabalho intelectual (REGATTIERI e CASTRO, 2010). A primeira, destinada a uma pequena parcela da população, os filhos das classes dirigentes, que se inserem no processo de escolarização com a meta de chegar à educação superior. A segunda, destinada aos filhos dos trabalhadores, é um tipo de formação profissional voltada a alimentar o grande conjunto de operários, se perpetuando as diferenças de classe.

No que se refere a isso, Regattieri e Castro (2010) levantam uma questão crucial de que não seria interessante ao desenvolvimento social e econômico do país, uma educação exclusivamente propedêutica, pois o trabalho também produz conhecimento necessário à vida produtiva do cidadão.

O trabalho tem evidentemente uma dimensão manual, mas é também categoria ontológica, de relação primeira entre o ser humano e a natureza. Se

-
- ¹Decreto-lei 4073, de 30 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – outros decretos se seguiram a este, complementando a regulamentação da matéria;
 - Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário;
 - Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial;
 - Decretos-leis 8.529 e 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal, respectivamente;
 - Decretos-leis 8.622 e 8.623, de 1º de janeiro de 1946, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
 - Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

determinados extratos da nossa população são educados e formados longe dessa perspectiva, é difícil que compreendam o significado do trabalho para sociedade. Por outro lado, se outros segmentos da sociedade brasileira são educados de maneira a perpetuar a visão de que a eles compete o trabalho manual, também eles não poderão avançar no que diz respeito ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade; portanto, não terão domínio efetivo, científico, sobre o conteúdo de seu trabalho, nem poderão mudar as suas condições de vida. (REGATTIERI e CASTRO, 2010, p. 122)

A partir da Reforma Capanema e do estabelecimento das leis orgânicas do ensino industrial, agrícola e comercial, na década de 40, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. Para Kuenzer (2007) a criação destes serviços mostra o interesse do governo federal em atender as suas necessidades. Segundo Carvalho (2003) o governo institucionalizava um sistema de ensino paralelo ao oficial, porém custeados pelas contribuições dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Esta marcada separação em duas vertentes distintas para atender à demanda bem definida da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista/fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial, se complementa com a criação dos sistemas SENAI, em 1942, e SENAC, em 1946, pela iniciativa privada, como forma de atender às demandas de mão-de-obra qualificada. É neste período, também, que as escolas de aprendizes e artífices transformam-se em Escolas Técnicas Federais, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942). (KUENZER 2007, p.14)

A partir de 1942, com a Lei Orgânica, as escolas criadas em 1909 passam a oferecer, além dos cursos industriais básicos e de aprendizagem, cursos técnicos. A lei permite que concluintes dos cursos técnicos ingressem em cursos superiores que estejam relacionados com o curso técnico, estabelecendo uma equivalência parcial com o sistema regular de ensino.

O ensino superior permaneceu com a mesma estrutura de 1931. Cada “lei orgânica” referia-se à articulação dos ramos em ensino em questão com o superior. Até então, não havia a possibilidade de os concluintes de cursos não secundários se candidatarem aos exames vestibulares. Depois dessas leis, os egressos de cursos médios profissionais passaram a ter acesso muito restrito ao ensino superior, podendo candidatar-se apenas aos cursos relacionados aos que haviam feito. Os concluintes do 2º Ciclo não tinham restrições de candidatura. (CUNHA, 2000, p.41)

Até esse período nota-se que a educação para o trabalho é de responsabilidade de um sistema federal de ensino complementado por um sistema privado de formação profissional, por meio do SENAI e do SENAC. Em 1950 é registrada a primeira tentativa de superação da dicotomia por meio da Lei nº 1.076/50, que permitia que alunos de cursos profissionais pudessem continuar estudos acadêmicos nos níveis superiores.

Em 1961, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) proporciona um avanço significativo na medida envolve todos os níveis e modalidades dando plena equivalência entre os cursos propedêuticos e os profissionalizantes de nível médio, fazendo com que, tanto alunos provenientes do colegial como os do ensino profissional, pudessem dar continuidade aos estudos a nível superior. Passam a existir dois ramos de ensino médio diferenciados, porém equivalentes: um propedêutico, representado pelo científico e outro profissionalizante, com cursos normal (magistério), industrial, comercial e agrícola. No entanto as medidas tomadas foram insuficientes para diminuir a função propedêutica do ensino secundário.

Até então, mantém-se a separação entre a “educação” e a “formação profissional”, como expressão da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, por meio da existência de um sistema de ensino com dois ramos equivalentes, porém diferenciados, e de um sistema privado de qualificação para trabalhadores. Assim, os jovens e adultos são preparados para exercer funções diferenciadas – intelectuais ou manuais – na hierarquia do trabalho coletivo. (BRANDÃO, 2002, p.128)

A desarticulação entre a educação e o mundo do trabalho explica-se pelo caráter de classe do sistema educativo, visto que a distribuição dos alunos nos diferentes ramos e modalidades de formação dava-se pela origem de sua classe. Nota-se que permanece a dualidade existente no início do século. De acordo com Carvalho (2003) os anos 60 possui um discurso marcado pela Teoria do Capital Humano, que apontava a inadequação da proposta educacional, principalmente no tocante das necessidades do mercado de trabalho. Fazia-se necessária, desta forma, uma reestruturação que dotasse o ensino, em todos os níveis, de maior racionalidade, por meio da constituição de um ensino educacional que diminuísse a demanda pelo ensino superior e substituísse o caráter acadêmico pela formação profissional já no 2º grau.

Em uma fase de expansão acelerada da economia do país surge a Lei nº 5.692/71 que regulamentou a educação de 1º e 2º graus e supletivo e pretendeu romper com a dualidade,

substituindo os antigos ramos propedêutico e profissionalizante por um sistema único, definida a generalização da profissionalização para todos os cursos em nível de 2º grau.

No que diz respeito à profissionalização compulsória a Lei 5.692/71 não apresentou os resultados esperados. Não havia condições para modificar o ensino público na perspectiva de articulação entre educação geral e formação profissional. Para Moll (2010) a concepção curricular que emanava da Lei empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumental para o “mercado de trabalho” alegando ser importante a relação entre a teoria e a prática na formação integral do cidadão. Essa limitação é reconhecida pelo próprio MEC, que quatro anos após da lei, fornece novas orientações por meio do parecer nº 76/75 do Conselho Federal de Educação.

O parecer reafirma o caráter complementar entre a educação geral e formação especial e pretende que a escola de 2º grau ofereça uma formação mais abrangente, possibilitando uma visão ampla do mundo e uma adaptação mais fácil às mudanças ocorridas no âmbito do trabalho, por meio do domínio das bases científicas de uma profissão. Assim, no ano de 1982 é promulgada a Lei nº 7.044 que substitui o objetivo de qualificação profissional por uma preparação para o trabalho.

O fato da dualidade estrutural não ter sido solucionada com a lei 5.692/71, expressava uma divisão que também está posta na sociedade brasileira, visto que se separam trabalhadores manuais e intelectuais exigindo que lhes dêem distintas formas e quantidades de educação. Para Kuenzer (1991) essa impossibilidade revela, mais uma vez, a ingenuidade das propostas que pretendem resolver, através da escola, problemas que são estruturais nas sociedades capitalistas.

Kuenzer (1991) ainda identifica dois grupos na sociedade – os que permanecem no interior da escola e os que são excluídos - e que estes se apropriam diferentemente do saber sobre o trabalho. Os que permanecem na escola vão se apropriar do saber sobre o trabalho em seu interior, recebendo uma certificação que lhes permitirá ocupar o exercício das funções intelectuais. A estes profissionais a escola faculta o acesso ao saber “teórico”. Já os excluídos do sistema de ensino aprendem na prática “o fazer”, sem a compreensão dos princípios teórico-metodológicos que o regem, ou seja, aprendem prática sem teoria. E, para os excluídos a única forma de apropriação do saber sobre o trabalho é a escola, apesar de seus limites.

A LDB de 1996 é considerada um marco para educação profissional, pois a reconhece como forma integrante do sistema educacional. Após a LDB (Lei 9.394/96) é promulgado o Decreto Federal 2.208/97 que instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante.

O decreto nº 2.208/ 97 define os objetivos da educação profissional, prescreve que esta modalidade da educação é uma articulação entre a escola e o mundo do trabalho, estabelecendo os níveis básico, técnico e tecnológico.

O nível básico é destinado a trabalhadores, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar. Para esse nível não há regulamentação curricular, caracteriza-se como modalidade não formal, com cursos de duração variável. O técnico destina-se a alunos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio. Terá estrutura organizativa e curricular própria, independente do ensino médio. O nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado à egressos de nível médio e/ou técnico. Terá seus currículos estruturados para atender as demandas de áreas especializadas dos diversos setores da economia, obedecendo às normas estabelecidas para este nível de ensino e conferirão diploma de tecnólogo.

Nota-se que o decreto nº 2.208/97, embora admitisse a oferta articulada entre o ensino médio e o técnico, separa os ensinos médio e profissional mantendo a dualidade estrutural. Carvalho ainda destaca outro aspecto ocasionado pelo decreto:

Outro aspecto a ser destacado, com relação à proposta, é o da organização independente da educação profissional em relação à educação regular, consolidando uma concepção de formação profissional deslocada da necessidade dos conhecimentos básicos necessários ao desempenho crítico e criativo da atividade produtiva e, portanto, convertendo a educação profissional em mero treinamento para o trabalho. (CARVALHO, 2003, p.85)

Em 2004, o decreto 2.208/97 é revogado pelo decreto 5.154/2004 que se preocupa mais com a organização dos diversos níveis da educação profissional, fazendo com que as definições estabelecidas anteriormente continuassem válidas. Flexibiliza a educação profissional, dando liberdade às escolas e estados organizarem a sua formação, respeitadas as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE). Estabelece também a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, em diferentes modalidades, podendo ser integrado concomitante ou subsequente. A modalidade integrada ocorre quando o aluno possui matrícula única e na mesma instituição é oferecido o curso de nível médio e ao mesmo tempo a formação técnica. A modalidade concomitante ocorre quando a matrícula nos cursos é distinta, ou seja, quando os cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes. E a subsequente, quando o curso de formação é destinado a quem já concluiu o ensino médio.

Percebe-se que durante a evolução da EP sempre houve a supervalorização do conhecimento intelectual em detrimento do trabalho manual. O percurso da educação profissional nos mostra uma dualidade entre uma formação que de fato transforme o indivíduo em um sujeito autônomo e uma formação voltada ao atendimento das necessidades do mercado capitalista. Percebe-se que o papel da educação profissional vai além do que apenas formar trabalhadores, mas formar cidadãos capazes de adaptar-se a constantes mudanças e enfrentar novos desafios presentes na sociedade.

CAPÍTULO II – AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO GOVERNO FHC

O Brasil passou por mudanças na administração pública durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso, (1995 a 2002), norteadas pela reforma do Estado, sob as direções dos organismos financeiros internacionais que se apoiavam no discurso hegemônico neoliberal. A educação e a qualificação profissional eram vistas como essenciais para o desenvolvimento do país e esperava-se que sistemas educativos também fossem organizados sob esta ótica.

O debate em torno do texto da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) avançava no sentido de amenizar a dualidade na relação entre o ensino profissional e o ensino propedêutico. O texto propunha a formação técnica como modalidade específica para as pessoas que buscassem por esta formação e um ensino médio com bases na educação politécnica para todos. Mas, Ortigara e Ganzeli apontam que

Este processo de construção democrática do texto da nova LDB foi “atropelado” pelo governo de FHC, quando da apresentação de uma proposta de substitutivo do senador Darcy Ribeiro e pela apresentação do Projeto de Lei nº. 1603/96 pela então Secretaria de Educação Média e Tecnológica. (2011, p. 3)

O Projeto de Lei 1603/96 previa a criação de um sistema separado de educação profissional independente da educação regular. Garcia destaca que a rejeição ao PL nº 1.603/96, foi de tal forma que uniu vários segmentos da sociedade no debate contra a proposta. Em 1996 foi aprovada a nova LDB, Lei nº 9394/96, que para os autores Ortigara e Ganzeli (2011) a modalidade de educação profissional é tratada de forma generalista e permite ao governo FHC, abandonar o Projeto Lei nº 1603/96 e estabelecer medidas de regulamentação segundo as concepções do Banco Mundial.

O Parecer nº 17/97 e o Parecer 16/99 estabelecidos pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) foram necessários para orientar as mudanças trazidas pelo Decreto nº 2208/97 tornando-se mecanismos norteadores para a formulação dos projetos pedagógicos das escolas. E, como forma de viabilizar as novas diretrizes legais o governo institui, em 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

No início do governo Lula, ano de 2003, retoma-se o discurso da importância da educação profissional como elemento estratégico para o desenvolvimento do País. O tratamento a ser dado à educação profissional seria de reconstruí-la como política pública e

Corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (BRASIL, 2004).

Para Ortigara e Ganzeli (2011) uma das correções foi a revogação do Decreto 2.208/97, pelo Decreto 5154/04, considerado um compromisso político assumido com a sociedade, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB.

Através da medida provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, o governo federal criou o Pró-jovem, programa gerido pela SGPR, em uma ação integrada com o MEC, MTE e MDS. O Pró-jovem foi uma das políticas de educação profissional implementada durante o governo Lula, com o intuito de ampliar a oferta de vagas nos cursos técnicos em todo país. O programa destina-se a jovens com idade entre 18 e 24 anos, com objetivo de propiciar aos jovens brasileiros:

Elevação do grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. (BRASIL, 2005)

A operacionalização do pró-jovem é realizada em cooperação com os municípios, com o Distrito Federal e com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que celebrarão convênio com a União; os municípios também utilizam o mesmo procedimento, repassando recursos mediante convênios para com as entidades executoras. A formação acontece em um período de até 12 meses, distribuídas em: 800 horas de formação escolar de nível de 5ª a 8ª série, 350 horas de qualificação profissional, 50 horas de atividades de ação comunitária e 400 horas de atividades não-presenciais com tutoria, totalizando 1600 horas.

Outro projeto também realizado no governo Lula foi o Programa Escola de Fábricas, instituído pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, objetivando a inserção de jovens de baixa renda, entre os 16 e 24 anos matriculados na educação básica, no mercado de trabalho por meio de cursos de profissionalizantes em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) sendo ambos os programas dirigidos aos

desempregados ou alunos de escola pública, com vistas à inserção profissional, o que os caracteriza é a falta de integração com outras políticas como as de melhoria de renda das famílias.

Os autores ainda afirmam que os programas Projovem e Escola de Fábrica resgatam um preceito que deveria ter sido superado com a revogação da Lei 5.692/71, qual seja, tomar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma educação sólida e de qualidade.

Em 2007 foi lançado pelo governo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que propôs a reorganização das instituições da rede federal para educação profissional em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). A integração das Escolas da rede federal se consolidou por meio da lei nº 11892 sancionada em 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entre as finalidades dos institutos, dispostos no Artigo 6º, estabelecidas pela lei estão:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física os quadros de pessoal e os recursos de gestão; (BRASIL, 2008)

Segundo Silva (2009 *apud* Ortigara e Ganzeli, 2011) essas questões também devem ser vista do ponto de vista da proposta pedagógica, pois a integração permite a abordagem contextualizada dos conteúdos gerais da educação básica e dos específicos do ensino técnico, enquanto que a verticalização influenciará na escolha e na forma de organização dos componentes curriculares.

Para Cruz (2012) somente a partir da metade do segundo mandato do governo Lula é que a educação começou a se visualizar uma integralização entre o ensino profissional e o ensino médio, visando uma educação pautada na integração entre ciência, cultura e trabalho.

Só após o segundo mandato do governo Lula se pode vislumbrar uma associação entre a Educação Profissional e o Ensino Médio, com base na Publicação do Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio; incorporação na LDB dos termos do Decreto n.5.154/2004; expansão da rede federal de educação tecnológica para o ensino superior; e lançamento do Programa Brasil Profissionalizado,

por meio do Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007. (RAMOS 2011a *apud* CRUZ, 2012, p. 543)

Segundo Ortigara e Ganzeli (2011) no período do governo de FHC o processo de regulação instituiu a separação formal entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico, promovendo a formação fragmentada de trabalhadores de acordo com as demandas do mercado. Pode-se notar que no governo FHC a política educacional transferiu a responsabilidade da educação profissional para instâncias estaduais, municipais e privadas, principalmente na formação acelerada voltada pra atender as necessidades do mercado de trabalho. A desvinculação do ensino médio e a educação profissional de nível técnico evidenciou a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional.

Todavia, é preciso considerar que as políticas públicas de ensino, pautadas em uma ideologia neoliberal e endereçadas à Educação Profissional, promoveram mais retrocessos que avanços e estiveram marcadas pela forte fragmentação interna do sistema educacional brasileiro, fato que até hoje persiste e se constitui em um desafio para os atores que regem a educação profissional contemporânea. (CRUZ, 2012, p. 544)

Para Cruz (2012) tanto no período de gestão do governo Lula quanto na atual gestão de Dilma Rousseff a Educação Profissional adquiriu novas dimensões evidenciadas por meio da ampliação da oferta de ensino básico e superior, através do aumento do número de vagas, da melhoria significativa na qualidade do ensino profissional atrelada a uma formação continuada dos profissionais em educação. Oliveira e Carneiro (s.d.) salientam que durante o governo Lula houve um fortalecimento da Rede Federal de Educação, que tem contribuído para superação do modelo neoliberal na educação profissional.

CAPÍTULO III – JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Percebe-se que nos últimos anos o debate sobre a juventude tem crescido por vezes se tornando objeto de pesquisas e estudos. Este capítulo busca compreender a condição juvenil na sociedade contemporânea e a importância das políticas públicas voltadas a esse segmento, que não devem apenas ser criadas, mas de fato atingir aos jovens.

3.1 A condição juvenil

Segundo a UNESCO (2004) o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças, que variam segundo as sociedades. O conceito de juventude ainda irá variar conforme a ciência que o utiliza e corrente de pensamento em pauta. Além de se considerar que o contexto histórico, social e econômico influencia diretamente no estabelecimento do conceito.

Do ponto de vista demográfico, os jovens são principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica, e segundo Carrano “sua delimitação reveste de importância para as políticas públicas, notadamente quando se pensa em contagem da população, definição de políticas e recursos orçamentários” (2011, p. 243). Porém considerar apenas o fator da idade para compreensão de juventude é como simplificar uma realidade complexa, que abrange aspectos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam a sociedade.

A combinação de diferentes maneiras de perceber a questão juvenil colabora para tentar responder a pergunta sobre quando alguém deixa de ser jovem e atinge a vida adulta. Essa resposta, que não pode ser dada definitivamente, irá depender tanto dos indicadores relacionados às transformações biológicas vividas pelo corpo quanto àquilo que se refere aos aspectos sociais e às representações que cada sociedade emprega ao conceito de jovem e juventude.

Aquino (2009) reconhece que no mundo contemporâneo a juventude se inseriu como questão social a partir de duas abordagens principais. Uma reconhecida pela via dos

“problemas” geralmente associada aos jovens, que exigiria medidas de enfrentamento por parte da sociedade.

A consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões de desordem social, impondo a identificação dos jovens como grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e poder público. (AQUINO, 2009, p. 25)

A outra abordagem estaria ligada ao fato da juventude ser reconhecida como uma fase de transição para a vida adulta, que exige esforço, principalmente da família e da escola, no sentido de preparar o jovem socialmente. Os “problemas” juvenis passam a ser entendidos como desvios do processo de socialização. A transição por esta abordagem é marcada por etapas sucessivamente organizadas que permitiriam ao jovem incorporação de elementos socioculturais que caracterizam papéis típicos do mundo adulto.

Terminar os estudos, conseguir um trabalho, sair da casa dos pais, constituir a própria moradia e família, casar e ter filhos são algumas das dimensões que marcavam o fim da juventude e a entrada dos jovens no mundo adulto. Essas etapas são apontadas como característica uma trajetória juvenil idealizada e não deve caracterizar definitivamente a transição da juventude para um mundo adulto. Para Carrano (2011) é justamente essa perda de linearidade nesse processo de transição uma das marcas da juventude na sociedade contemporânea. Podemos destacar também o prolongamento da fase da juventude como uma das características que tem marcado as sociedades contemporâneas como aponta Abramovay e Castro:

Nas sociedades contemporâneas, o período de juventude prolonga-se na medida em que os processos de emancipação dos jovens são retardados por diversos motivos, como a ampliação do período de formação escolar para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Na medida em que as sociedades passam do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento, a abrangência do que vem a ser jovem, em termos etários alarga-se e assume dimensões que são inéditas na história da humanidade. (2006, p. 10)

Não podemos esquecer que a juventude é vivida de maneira diversificada e desigual pelos jovens. Suas vivências variam de acordo com suas situações socioeconômicas, – como origem social, renda familiar e o nível de desenvolvimento da região – gênero, etnia, entre

outros, que repercutirá na qualidade, duração e oportunidades disponíveis nessa etapa do ciclo da vida. Por isso, é comum o uso do termo juventudes no plural.

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens. (UNESCO, 2004, p.25)

Entre as marcas da constituição das representações sociais do ser jovem na sociedade estão à expansão da escola, a criação do mercado cultural juvenil exclusivo e a postergação da inserção no mundo do trabalho. O ideal do jovem livre das obrigações do mercado de trabalho e dedicado ao estudo e aos lazeres está associado à noção de moratória social, presente ainda na nossa sociedade. Aquino (2009, p. 26) define a moratória social como “um crédito de tempo concedido ao indivíduo que protela sua entrada na vida adulta e possibilita experiências e experimentações que favorecerão seu pleno desenvolvimento.” Esse período de moratória social serviria principalmente para formação educacional e aquisição de treinamento ao jovem para que este construísse progressivamente sua identidade social e profissional. Entretanto esse ideal é inatingível para a maioria dos jovens.

A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira² (2003/2004), traz alguns dados interessantes sobre a realidade da juventude no Brasil e suas percepções em relação a alguns aspectos de suas vidas. Os aspectos levantados pela pesquisa apontam que entre as coisas boas em ser jovem estão: não ter preocupações e/ou responsabilidades, aproveitar a vida, usufruir de atividades de lazer, estudar entre outras. Já entre as piores coisas em ser jovem encontram-se aspectos como conviver com riscos, falta de liberdade, controle familiar, a falta de trabalho/de renda entre outros. E, entre os problemas que mais preocupam os jovens estão a segurança, as questões de emprego/profissional, drogas, educação, saúde entre outros.

Considera-se que hoje os jovens experimentam um processo de transição para a fase adulta acelerado, estando expostos a grandes vulnerabilidades sociais e múltiplos desafios. São os jovens, talvez mais do que qualquer outro grupo populacional, que enfrentam as maiores incertezas e os riscos advindos do processo de globalização. Questiona-se desta

²A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira foi uma iniciativa do Projeto Juventude/ instituto cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo. Para mais informações ver Abramo e Branco (2008).

forma a qualidade de ensino e as dificuldades de permanência nas escolas, e as dificuldades de incorporação no mercado de trabalho.

Os jovens fazem seus trânsitos para aquilo que chamamos de “vida adulta” no contexto de sociedades produtoras de risco – muitos deles experimentados de forma inéditas, tal como o da ameaça ambiental, do medo da morte precoce e das violências que se multiplicam em áreas urbanas e rurais-, mas também experimentam processos societários com maiores campos de possibilidade para a realização de apostas diante do futuro. (CARRANO, 2011, p. 242)

Há riscos e incertezas provocados por um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais. Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato de os sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Para Carrano (2011) o peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos. Contribuir para que os jovens realizem escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e construa seus próprios acervos de valores e conhecimentos são uma das tarefas mais importante e difícil para as instituições hoje.

3.2 O Jovem como objeto de Políticas Públicas

A juventude tem múltiplas faces, e toda sociedade deve reconhecê-las em sua diversidade: regional, racial, de gênero, de orientação sexual, e todo o conjunto de elementos que a compõe. O reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida que vai além de uma fase de transição.

A juventude faz parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que têm especificidades que marcam a trajetória de cada um e por isso torna-se importante considerar a pluralidade e as múltiplas possibilidades que caracterizam a vivência juvenil. Para Carrano (2011, p. 230) “tal reconhecimento contribui como contraponto aos velhos discursos que associam a juventude à violência ou reproduzem que a juventude atual não é tão avançada como a de outrora”. Para além de perceber a diversidade, é preciso ter uma política concreta para cada um dos segmentos juvenis para inseri-los na promoção de um novo desenvolvimento.

A juventude é marcada pela superação da condição de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, pois o indivíduo processa de maneira mais intensa a adaptação de valores, e a busca de sua plena inserção na vida social. Esta condição, para a construção da autonomia pessoal e independência, se dá em um espaço de acentuado conflito entre os anseios e as múltiplas desigualdades vividas pelos jovens. As políticas de juventude se encontram diante da necessidade de prover ações para todos os jovens e também para aqueles em condições especiais de vulnerabilidade.

Em síntese, quando se fala em PPJs, é preciso considerar que os problemas e as demandas relacionam-se tanto com questões (re) distributivas mais gerais da sociedade excludente quanto com questões de reconhecimento e valorização de sua diversidade e, ainda, evocam a dimensão participativa, de grande importância na fase da vida em que se passa da infância para a vida adulta e se busca emancipação. (AQUINO, 2009, p. 19)

No que diz respeito aos jovens no plano da sociedade civil e de governos, pode-se considerar que ainda existe uma lacuna entre concepções e práticas, entre as demandas por direito apresentadas pelos jovens e as repostas na forma de políticas públicas efetivas. Para Carrano (2011) as PPJ ainda não se constituíram em suportes suficientes para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo de juventude e, também, caminhar em transições não tão acidentadas para autonomia na vida adulta.

No Brasil, as políticas públicas que afetam a vida e os direitos de diferentes segmentos juvenis estão sob responsabilidade de diferentes ministérios, secretarias e outros organismos governamentais. Em 2005, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), o governo criou a Secretaria Nacional de Juventude (SJN), com as seguintes atribuições conforme aponta Silva e Andrade:

- Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para juventude.
- Articular, promover e executar programas de cooperação com os organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para juventude.
- Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de juventude. (2009, p. 51)

No mesmo ano também foi criado o Conselho Nacional de Juventude criado para:

- Formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

- Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil. (SILVA e ANDRADE, 2009, p. 51)

Para Carrano (2011, p. 238) “inserir as políticas de juventude no debate mais amplo pelos direitos sociais públicos, e na luta contra as desigualdades no Brasil, pode se constituir em via estratégica para a afirmação do campo das PPJ nas políticas de Estado”. Pois, as políticas de Estado podem durar no tempo e no espaço, adquirir maturidade institucional, criar canais duradouros e efetivos de diálogo com a sociedade civil e passar pelo jogo de conveniências e compromissos políticos partidários que emergem a cada mudança de governo.

Quando se fala em PPJ devemos considerar a importância de ouvir os jovens no momento de definição de uma política. Pois, uma política de juventude que não leva em conta as visões, preocupações e desejos dos jovens acabam se distanciando do seu objetivo principal. Segundo a UNESCO (2004, p. 69) as políticas ou programas de/ para/ com jovens devem ser formatados a partir de seu envolvimento compreensivo, contando com espaços de participação juvenil nos processos de tomada de decisão. Uma das formas efetivas apontadas pela UNESCO (2004) para iniciar este processo de envolvimento é estabelecer esferas de consulta pública com a participação de jovens. Isso seria mais do que ouvir os jovens e sim trabalhar de e com os jovens, os vendo como atores e sujeitos de direito importantes.

No caso das políticas públicas destinadas aos jovens na última década, nota-se que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se instituiu ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas. Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos preconcebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente. (CARRANO, 2011, p. 241)

As políticas de juventude precisam ter a capacidade de indagar, na construção de suas agendas, sobre os contemporâneos desafios para apoiar os jovens tanto na vivência do tempo presente quanto na realização de suas escolhas o processo de tomada de decisões, quase sempre angustiante para os jovens. É nesse sentido que políticas democráticas de escuta, de oferta de novos repertórios culturais, aproximação e diálogo dos poderes públicos com os jovens podem favorecer que percursos biográficos tomem o rumo da autonomia e segurança cidadã que se espera que todos tenham na vida adulta.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Este capítulo busca descrever o processo metodológico utilizado na realização da pesquisa. A escolha da metodologia é um considerado um dos desafios enfrentado pelo pesquisador, pois segundo Daslandes (2010, p.14) “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” e os conhecimentos gerados serão, portanto, determinados por estas condições.

4.1 Abordagem metodológica

Segundo Gil (2009) pesquisa pode ser definida como um processo sistemático e formal que, por meio da metodologia científica, busca respostas a problemas e permite a construção de novos conhecimentos. A pesquisa cumpre papel essencial de aproximar o pesquisador da realidade do mundo. Ludke (1986) aponta este fato como um dos desafios da pesquisa em relação à vida diária do educador, pois por meio da pesquisa ele enriquecerá seu trabalho, independentemente do âmbito que atue.

Buscando esclarecer e entender melhor o problema a ser pesquisado, optou-se por uma pesquisa de caráter descritivo, que tem como uma das finalidades a descrição das características de uma população ou fenômeno, e exploratório, que Segundo Gil (2009) proporciona visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Trabalhou-se com duas abordagens diferentes uma qualitativa e outra quantitativa, de forma complementar. Wilson (1982) em relação às duas abordagens metodológicas afirma que

As abordagens qualitativas e quantitativas são, antes, métodos complementares, e não competitivos [e a] utilização de um método em particular [...] deve basear-se preferivelmente na natureza do problema real de pesquisa que se tem em mãos. (WILSON, 1982 *apud* FLICK, 2009, p. 47)

A combinação das duas abordagens teve por finalidade conhecer o perfil dos jovens que estão matriculados no ensino técnico e compreender as perspectivas desses jovens em relação ao seu futuro e a percepção de educação profissional.

4.2 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa segundo Creswell (2010) é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.

Iniciou-se pela abordagem qualitativa no sentido de levantar categorias a serem trabalhadas pela abordagem quantitativa posterior. Na pesquisa qualitativa, recorreu-se à técnica de grupo focal, que segundo Gil (2009, p. 114) “são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados”. O grupo focal também é visto como uma estratégia privilegiada no registro de representações, atitudes e valores de um grupo relacionado aos aspectos específicos a serem pesquisados.

O grupo focal é uma técnica de entrevista na qual membros do grupo narram e discutem visões e valores sobre eles próprios e o mundo que os rodeia. A principal característica da técnica é permitir que a “palavra” de cada um dos participantes possa ser discutida pelos demais. (ABRAMOVAY, 2003. p. 47)

Para o grupo focal foi estabelecido um roteiro com algumas perguntas em torno de 3 eixos norteadores: escolhas e motivações, contexto escolar e perspectivas. O roteiro foi utilizado como forma de orientar a condução do grupo, mas de forma alguma limitar a discussão apenas a respostas das perguntas previamente pensadas, possibilitando então o surgimento de novas questões no decorrer da conversa. No eixo escolhas e motivações foram realizadas perguntas sobre as razões pelo qual as alunas ingressaram no ensino técnico e posteriormente levando a discussão para um aspecto mais geral da escolha por esta modalidade de ensino. No eixo contexto escolar as perguntas pré-estabelecidas estavam relacionadas sobre como as alunas percebiam a formação que estavam recebendo. E o último eixo perspectivas, questionava-se sobre as pretensões de inserção tanto no mercado de trabalho como no ensino de nível superior.

Um dos desafios na fase da pesquisa quantitativa foi pensar na viabilização do grupo, qual seria o melhor dia e horário? Em que local seria? Visto que os alunos eram provenientes de cidades diferentes. Como seria o deslocamento desses alunos? A partir dessas perguntas decidiu-se que o grupo aconteceria em um sábado à tarde, pois os alunos convidados estudavam em horários diferentes. Optou-se pelas dependências da Universidade de Brasília

para o encontro, buscamos os alunos na rodoviária do Plano Piloto e seguimos para Faculdade de Educação. As alunas participantes foram ressarcidas quanto ao custo das passagens.

Foram convidados 7 alunos para participarem do grupo focal, mas apenas 4 compareceram. Sua duração foi de aproximadamente 1 hora de conversa. Das alunas, 3 estavam matriculas na rede pública e 1 na rede privada. Elas foram identificadas, ao longo da análise, como Aluna 1, Aluna 2, Aluna 3 e Aluna 4, de forma a preservar suas identidades. O grupo participante pode ser caracterizado como homogêneo, pois possui dimensões possíveis de comparação. Participaram 4 alunas, com idades entre 17 e 18 anos, matriculadas no ensino técnico.

Em grupos homogêneos, os membros são passíveis de comparação nas dimensões essenciais relativas à questão de pesquisa e possuem uma formação semelhante. Em grupos heterogêneos, os membros devem apresentar diferenças nas características relevantes para a questão de pesquisa. (FLICK, 2009, p. 184)

Contou-se com a gravação de áudio e filmagem para o armazenamento dos dados obtidos no grupo focal. Para essa análise, foi utilizado o software NVIVO, versão 9, geralmente utilizado como suporte em pesquisas qualitativas e de métodos misto, auxiliando na análise de informações não estruturadas. A partir da realização do grupo focal foi possível estabelecer as seguintes categorias:

- a) Perfil
- b) Motivações e Escolhas
- c) Contexto escolar
- d) Perspectivas futuras

As categorias foram utilizadas para elaboração de um questionário e posterior análise, com maior amplitude de alcance.

4.3 Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa, que constituiu a segunda parte da pesquisa, foi realizada com objetivo de amplitude dos dados recolhidos no grupo focal. Segundo Gil “as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua

totalidade” (2009, p. 89). Por este motivo, nas pesquisas sociais é frequentemente utilizado uma amostra, ou seja, uma pequena parte dos elementos que compõe o universo. Inicialmente calculamos a amostra através de uma fórmula³. Mas, devido a fatores como acesso aos dados, tempo, recursos financeiros e permissão das escolas para aplicação, pois a maioria das escolas que contatei não autorizou a aplicação do questionário, o tamanho da amostra foi determinado pela viabilidade de realização da pesquisa.

A partir das categorias levantadas no grupo focal elaborou-se um *survey online* disponibilizado na plataforma da FE Virtual. Como as escolas não liberam os laboratórios de informática para que os alunos respondessem ao questionário, recorreu-se então a aplicação dos questionários impressos. Foram aplicados 500 questionários distribuídos em três instituições de ensino do Distrito Federal que ofertam o ensino técnico. Os questionários foram divididos por dependência administrativa (Pública – federal e estadual – e Privada) e por turno matutino e vespertino, onde foram aplicados 254 questionários e no noturno, com a aplicação de 246 questionários.

A primeira parte do questionário foi constituída por questões que visavam identificar o perfil do aluno como sexo, idade, renda entre outras. A segunda parte, formada por questões que objetivavam conhecer as motivações pela escolha do ensino técnico. A terceira sobre como o aluno avaliava seu contexto escolar, como infraestrutura da escola, relação com colegas e professores. E, a quarta parte, com questões sobre perspectivas do ensino superior.

Para a análise dos dados coletados foi usado o software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.

³: $n^{\circ} = 1/E^{2*}$ e depois aplicado: $n = N.n^{\circ}/N+n^{\circ}$. Sendo que N = o tamanho (número de elementos) da população, n = tamanho (número de elementos) da amostra, n° = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra e E^{*} = erro amostral tolerável.

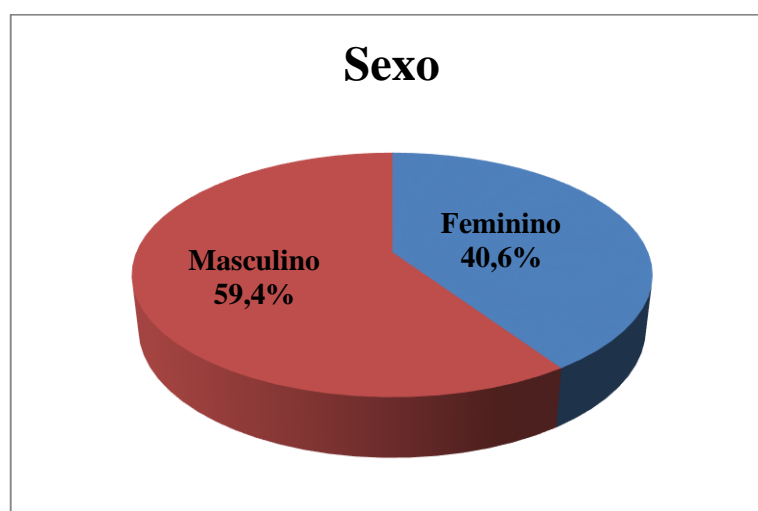
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo é destinado a apresentação e análise dos dados alcançados através do grupo focal e aplicação dos questionários. Optou-se pela apresentação e análises da pesquisa qualitativa e quantitativa por meio de categorias. Foi estabelecido, portanto, quatro categorias: de perfil, motivações e escolhas, contexto escolar e perspectivas futuras.

5.1 Do perfil dos alunos

Para iniciar a análise dos dados torna-se importante caracterizar os sujeitos participantes da pesquisa. Conforme dito no capítulo anterior, participaram do grupo focal 4 mulheres. Duas com 17 anos e duas com 18 anos de idade. Três das alunas participantes faziam curso técnico em informática e uma realizava o curso técnico em nutrição. Na pesquisa quantitativa foram aplicados 500 questionários sendo que os homens predominam na amostra da população representados por 59,4%. Mas, a diferença entre os sexos não é tão alta visto que as mulheres correspondem a 40,6%.

Gráfico 1 – Sexo dos alunos

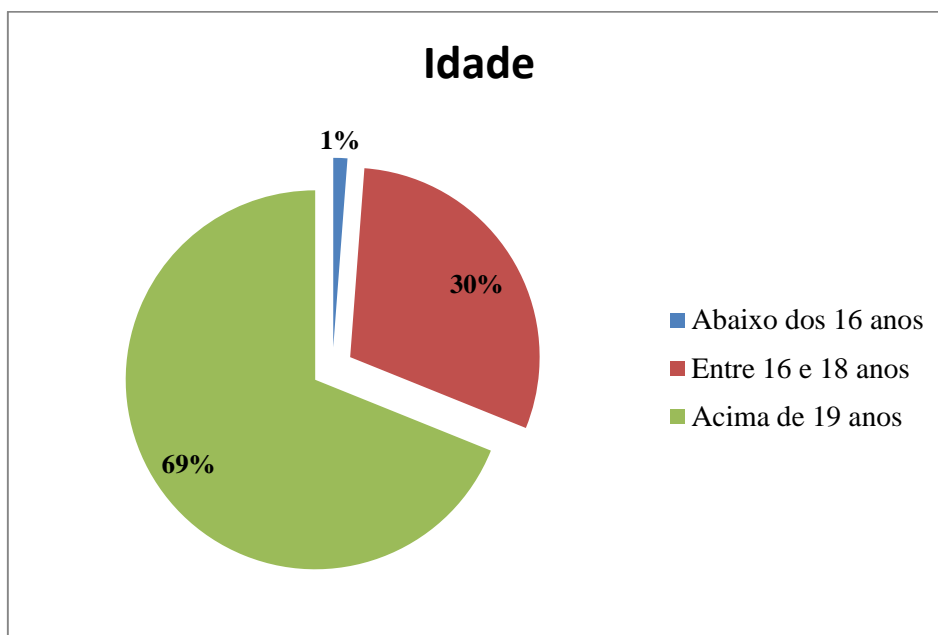


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A maioria dos jovens respondentes são solteiros (76,4%). Os casados representam 15,4% e os demais estados civis, como divorciados, viúvos e outros somam 8,3% da população. O estado civil relaciona-se diretamente com a quantidade de filhos, pois 80,1%

ainda não possuem filhos. Em relação ao local de nascimento verifica-se que mais da metade dos jovens nasceram no Distrito Federal (59,8%) e o estado que aparece com a segunda maior porcentagem de naturalidade é o estado de Goiás com 7,3% que pode ser justificado pela proximidade ao estado do DF, local de realização da pesquisa. Porém, apareceram outros estados como local de nascimento. A faixa etária dos participantes da pesquisa pode ser verificada por meio do gráfico 2, logo abaixo.

Gráfico 2 - Idade dos alunos



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Percebe-se que a maioria dos jovens já possui idade superior aos 19 anos. Os questionários foram aplicados em três turnos: matutino, vespertino e noturno. A distribuição dos alunos nos turnos ficou da seguinte maneira: o turno matutino equivalente a 20,8% da população, o vespertino 32,8% e o noturno 46,4%. Ao se relacionar a variável idade e o turno do curso verifica-se, conforme mostra a Tabela 1, que dos alunos matriculados no noturno 92,8% possui idade superior a 19 anos. O turno vespertino é o único que possui alunos tanto abaixo dos 16 como acima dos 19 anos.

Tabela 1- Idade x turno do curso

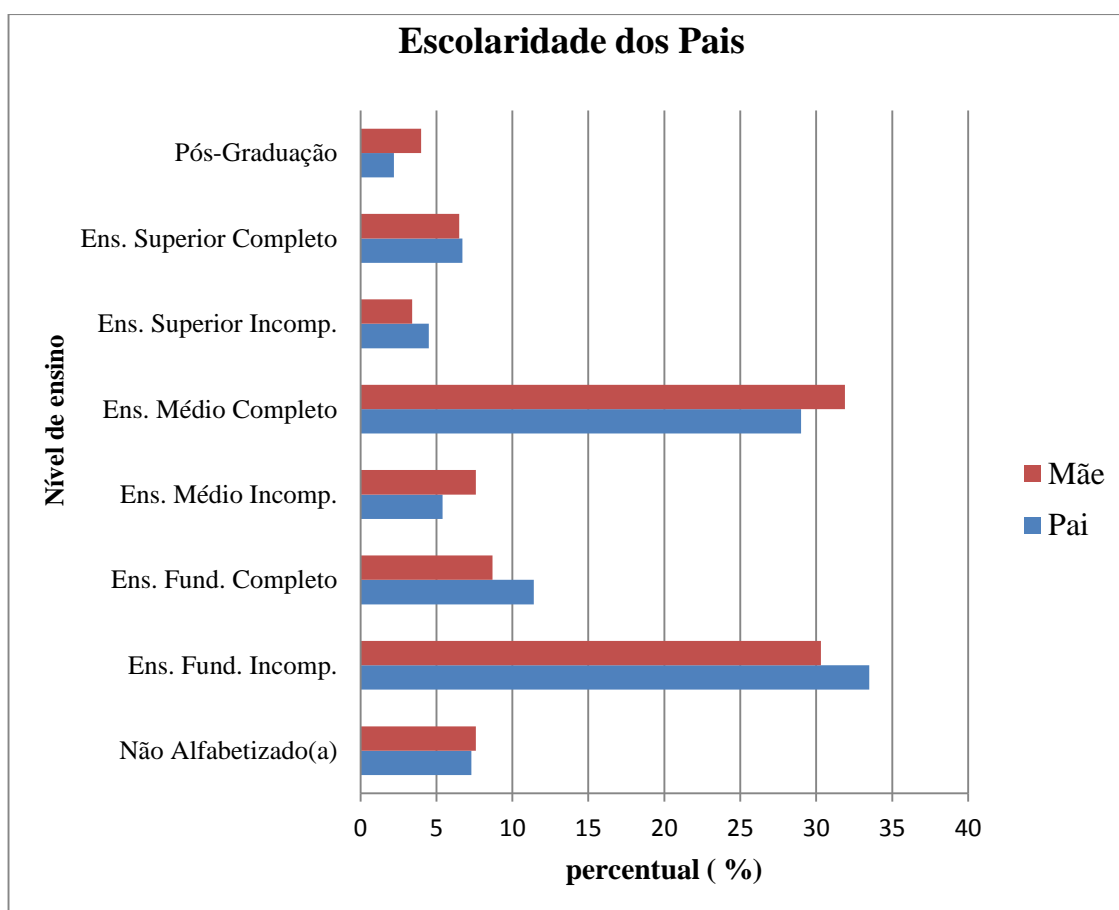
Idade	Turno do Curso		
	Matutino	Vespertino	Noturno
Abaixo dos 16 anos	-	3,8%	-

Entre 16 e 18 anos	25,5%	65%	7,2%
Acima dos 19 anos	74,5%	35,3%	92,8%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Em relação à escolaridade dos alunos, 58,2% concluíram o ensino médio e 14,7% já ingressaram no ensino superior. No que diz respeito à escolaridade dos pais, 33,5% não terminaram o ensino fundamental e 29% concluíram o ensino médio. No caso das mães a situação não é muito diferente, os dados mostram que apenas 31,9% concluíram o ensino médio e 30,3% possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Gráfico 3 – Escolaridade dos pais

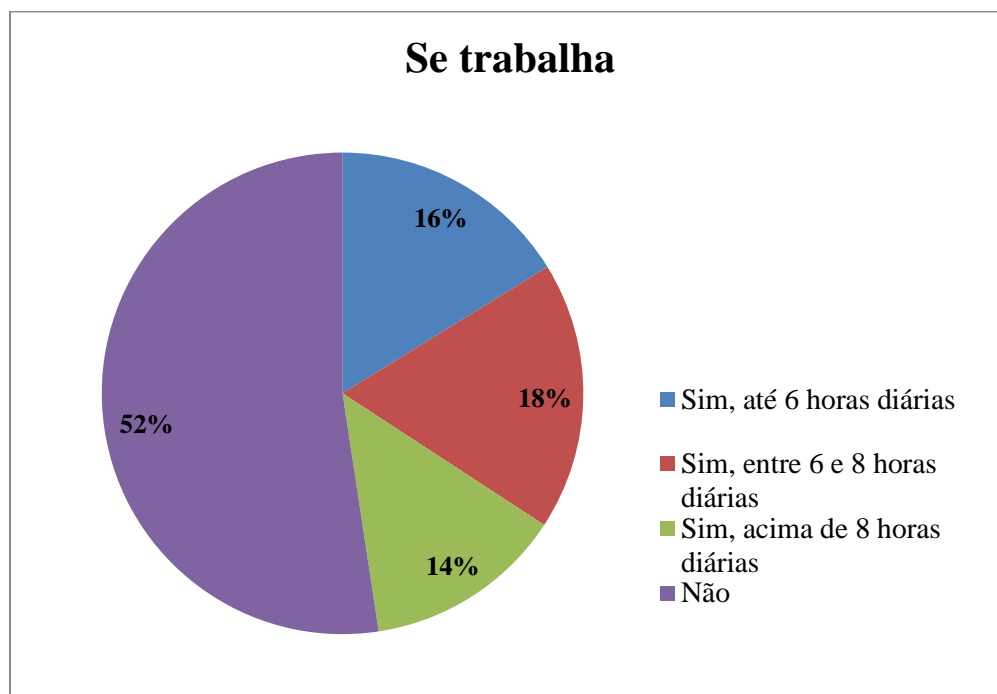


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Diversos são os fatores que podem ser decisivos na escolha pelo turno do curso. Um desses fatores é o fato do estudante também ser um trabalhador. Dos alunos respondentes 16,2% trabalham até seis horas diárias, 18% entre 6 a 8 horas diárias, 13,4% trabalham mais

que 8 horas diárias e cerca da metade da população amostral, 52,4 %, ainda não está inserida no mercado de trabalho, conforme se constata no gráfico 4.

Gráfico 4 - Alunos que trabalham



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Mas quando associamos o turno do curso com o fato do aluno ser um trabalhador, percebe-se que há um predomínio, no turno noturno, dos alunos que estão inseridos no mundo laboral (71,6%). Já no turno matutino a distribuição entre os que trabalham ou não é praticamente equivalente. Infere-se que dos que trabalham e estudam no turno matutino aproximadamente a metade, 24,7%, são estagiários visto que trabalham apenas um período, ou seja, até 6 horas. Diferentemente do que ocorre no noturno, que se ao somarmos os que trabalham entre 6 a 8 horas diárias e mais de 8 horas diárias, estes somam 54% da amostra. Já no turno vespertino há uma inversão do que ocorre no noturno, a maioria dos alunos não estão inseridos no mundo laboral (87,5%) conforme podemos observar na tabela 2.

Tabela 2 - Se o aluno trabalha x o turno do curso

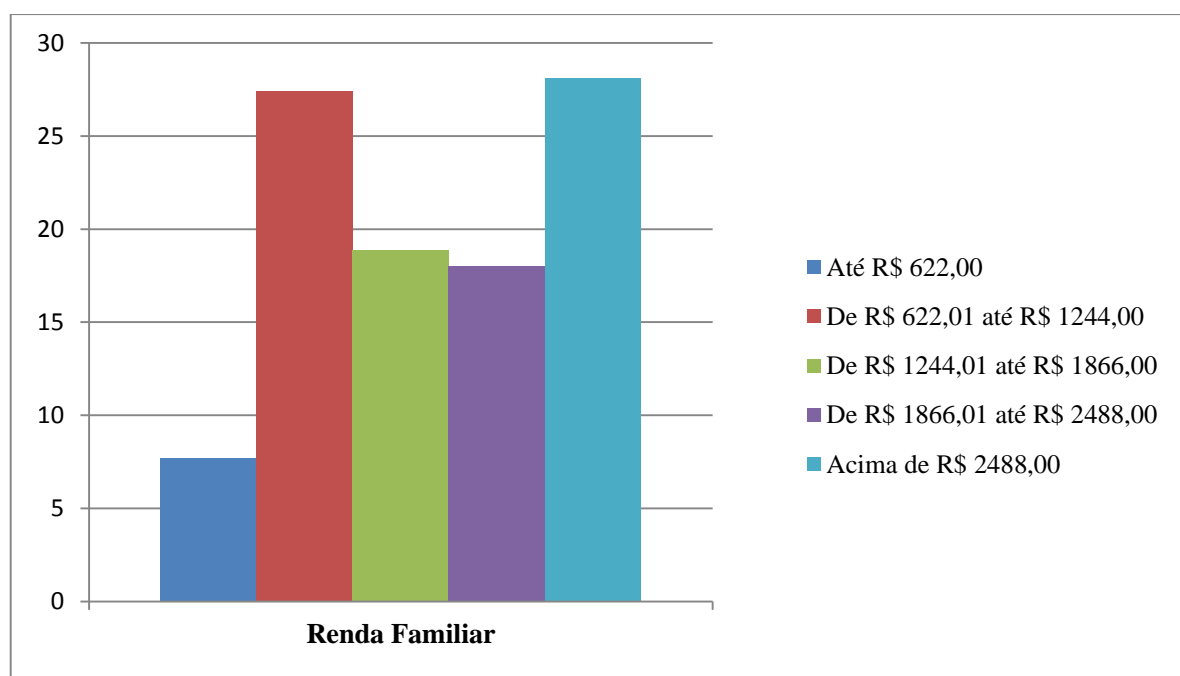
Trabalha	Turno do Curso		
	Matutino	Vespertino	Noturno
Sim, até 6 horas diárias	24, 7 %	8,1%	17,6%
Sim, entre 6 e 8 horas diárias	12, 4 %	3,1%	31,5%

Sim, acima de 8 horas diárias	11,3 %	1,3%	22,5%
Não	51,5%	87,5%	28,4%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A renda familiar geralmente também está associada ao fato do jovem se inserir mais cedo ou mais tarde no mercado de trabalho. Para Aquino (2009) os jovens de origem social privilegiada postergam a procura por uma colocação profissional e prosseguem dependendo financeiramente de suas famílias, com isso, ampliam a moratória social que lhes foi concedida. No que se refere a renda familiar da amostra geralmente é acima de R\$2488,00 (28,1%) ou entre R\$ 622,01 a R\$ 1244,00 (27,4%) que pode ser constatado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Renda familiar



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Apesar da renda familiar dos jovens participantes não ser tão alta percebe-se que muitos deles ainda vivem o período de “moratória social” definido por Aquino (2009). Quando verificamos a situação dos alunos que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, percebe-se que a maioria deles ainda mora com seus pais, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 - Se o aluno trabalha x com quem mora

Trabalha	Mora com:
----------	-----------

	Os pais	Somente com a mãe	Somente com o pai	Avós, tios e outros familiares	Cônjuge	Outros
Sim, até 6 horas diárias	39 (50%)	13 (16,7%)	1 (1,3%)	5 (6,4%)	11 (14,1%)	9 (11,5%)
Sim, entre 6 e 8 horas diárias	19 (22,1%)	11 (12,8%)	2 (2,3%)	8 (9,3%)	31 (36%)	15 (17,4%)
Sim, acima de 8 horas diárias	13 (21,3%)	7 (9,1%)	2 (3,3%)	4 (6,6%)	22 (36,1%)	13 (21,3%)
Não	148 (58,3%)	66 (13,8%)	8 (1,7%)	23 (9,1%)	26 (10,2%)	19 (7,5%)

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

O fato de ainda morarem com seus pais contribui para vivência desse período de preparação social, pois possuem a possibilidade de adiar por mais um tempo a entrada no mercado de trabalho e dedicarem um mais tempo para formação educacional e projetos para o futuro.

5.2 Das motivações e escolhas

A primeira questão na categoria de motivações e escolhas buscou saber como os alunos ficaram sabendo do curso técnico. Os dados mostram que 57% ficaram sabendo do curso através de um amigo, parente e/ou conhecido. 21% através da internet e os outros alunos ficaram cientes do curso por meio da escola, televisão, rádio e outros meios de comunicação.

Alguns fatores se tornam determinantes na escolha do jovem pelo ensino técnico. No grupo focal ao serem questionadas sobre os fatores que atraem os jovens para o ensino técnico, a facilidade em entrada, duração e o preço apareceram como elementos centrais, como revelam as falas a seguir.

“Às vezes o curso técnico é mais fácil você terminar do que uma faculdade. Hoje em dia as pessoas acham que a entrada no curso técnico é bem mais fácil do que ir para uma faculdade.” (Aluna 1)

“A duração, a possibilidade de que hoje em dia está mais fácil de fazer o curso técnico, e às vezes até o preço. A diferença do preço do curso técnico

para a faculdade, alguns não podem pagar e a possibilidade de tempo que é menor” (Aluna 2)

“Preferem pagar o curso técnico do que tentar investir pra formar em uma faculdade, que pode ser mais cara às vezes”. (Aluna 3)

Os alunos respondentes do questionário classificaram alguns itens de acordo com a relevância na escolha pelo ensino técnico, de forma a ampliar os dados obtidos no grupo focal. Colocaram 1 para fator que consideravam mais relevante e 2 para o segundo mais relevante. Além dos itens já pré-estabelecidos tinham a opção de acrescentarem outros itens, dentre os quais apareceram: aprofundar conhecimentos, por gostar da área e aumentar a renda familiar.

Tabela 4: Fatores que interferiram na escolha pelo ensino técnico

Item	Qtd. de respostas ao item	Mais relevante	Segundo mais relevante
O Preço	129	43,4 %	56,6%
Formação mais rápida	214	45,3%	54,7%
Se qualificar para o mercado de trabalho	446	80,5%	19,3%
Facilidade na entrada em um curso técnico	167	44%	56%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

O item com maior quantidade de resposta, conforme a tabela 4, foi se qualificar para o mercado de trabalho. Percebe-se a centralidade que o trabalho ocupa no imaginário juvenil, devendo este buscar formas de se qualificar. O trabalho pode assumir diferentes significados para os jovens, seja de crescimento, independência ou muitas vezes o sentido de necessidade.

A percepção trabalho como uma necessidade do ser humano é muitas vezes adotada, pois é o que garante a vida do indivíduo na sociedade capitalista. Para Pochmann (2004) o trabalho encontra-se associado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem de transformar a si próprio e a natureza. Mas, principalmente, o trabalho na sua forma histórica tem sido mais visado como condição de financiamento da sobrevivência humana, o que nem sempre se associa ao desenvolvimento humano. No grupo focal essa identificação do trabalho como forma de sobrevivência, participação e inclusão social também aparece na fala de uma das alunas ao ser questionada

sobre a importância trabalho na vida das pessoas: “*Se ela não trabalhar, ela não vai nem viver em sociedade sem trabalho*” (Aluna 3).

Como forma de se qualificar o curso técnico acaba se tornando uma ponte que viabiliza a entrada destes jovens no mundo laboral. No curso técnico os jovens almejam a formação de competências laborais que lhes permitirá a certificação e inserção no mundo do trabalho como profissionais qualificados.

“O currículo é a primeira coisa que você vai buscar na pessoa, se a pessoa tem formação, tem cursos de línguassí, técnico, informática ou alguma coisa assim.” (Aluna1)

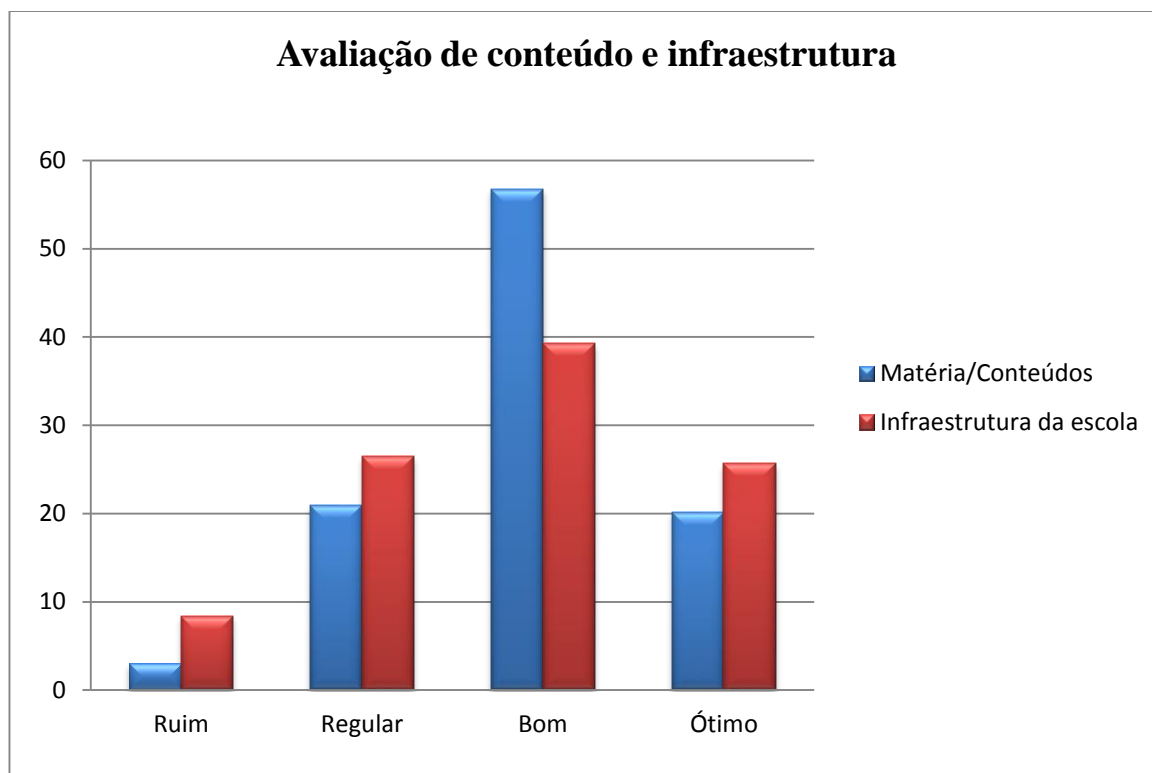
“A minha intenção é a entrada rápida no mercado de trabalho, a maioria das que fazem o curso técnico sempre conseguem entrar rápido no mercado de trabalho, aí quando querem ganhar um pouco mais, procuram outra profissão ou o curso superior.” (Aluna2)

O currículo é visto como ponto decisivo na busca pela empregabilidade, o que torna o curso técnico um facilitador na inserção do jovem no mundo laboral. Percebe-se também a relação que é feita entre o nível de escolaridade e a estrutura salarial. A escolarização é vista como uma entre outras possibilidades para se situar melhor no mundo e ter futuro profissional melhor.

5.3 Do contexto escolar

O ambiente escolar e as relações estabelecidas durante o processo educativo tem influências na formação do jovem. Segundo Dayrell et al “as pesquisas tendem a constatar que os jovens alunos possuem uma representação positiva da escola, o que não significa que não explicitem as críticas tanto à infraestrutura quanto à qualidade do ensino” (2009, p. 76). Há um reconhecimento das deficiências da instituição de ensino, mas estas não impedem de identificar e ressaltar as potencialidades da experiência escolar. Diante disso, busca-se nesse tópico compreender como os jovens veem e avaliam o contexto escolar em que estão inseridos. Na média, percebe-se uma avaliação positiva, com predominância de percentual mais elevado nos itens bom e ótimo.

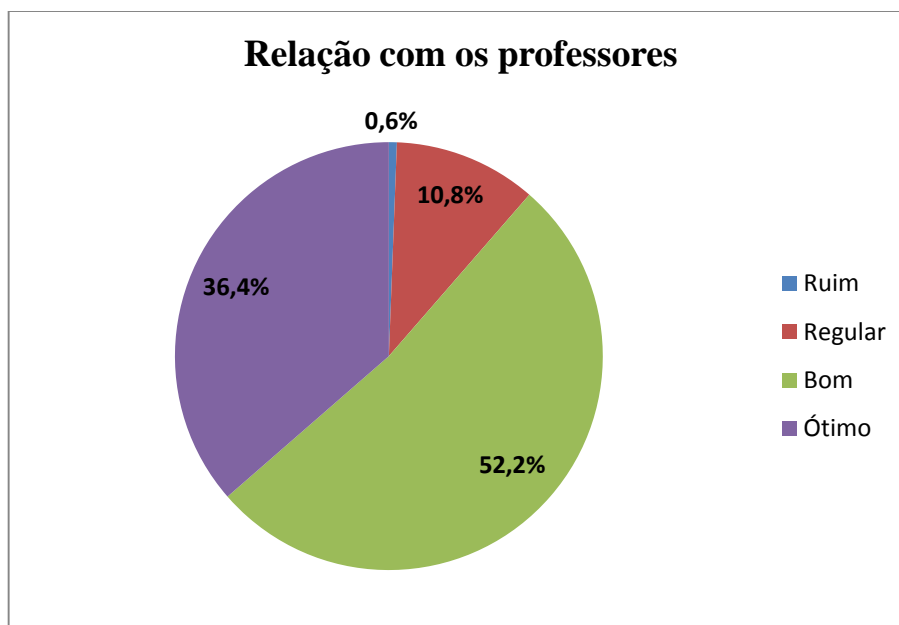
Gráfico 6: Avaliação das Matérias/Conteúdos e Infraestrutura escolar



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

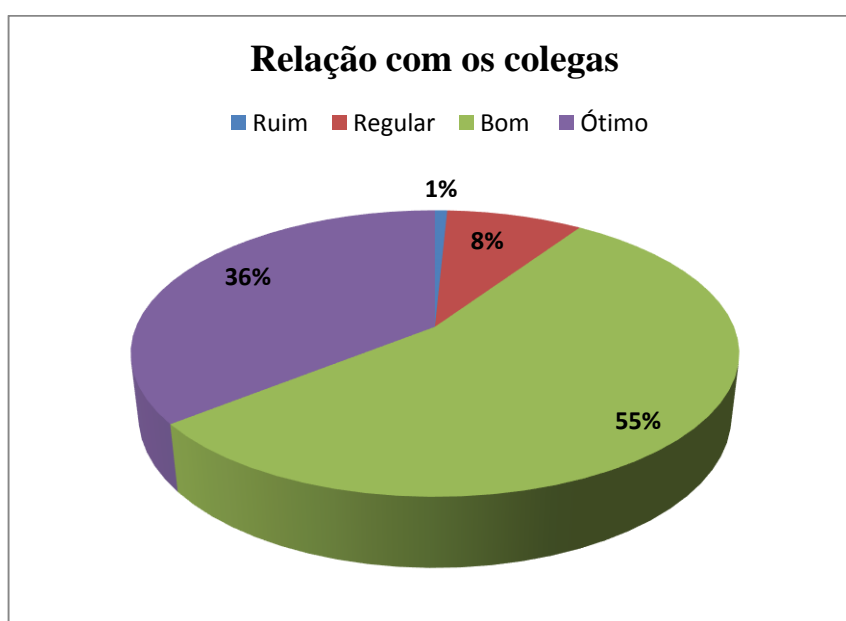
Os jovens consideram os conteúdos e as matérias relativamente bons e a infraestrutura das escolas também foi avaliada positivamente. O desempenho pessoal dos alunos também não ficou para trás visto que 53,1 % o avaliou como bom e 30,5% como ótimo.

O professor é uma figura essencial no processo de aprendizagem e na formação de cidadãos conscientes, auxiliando com o fornecimento de fontes e informação. No grupo focal ao serem perguntadas sobre a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem aluna 1 responde: *“É através dele que temos a maior parte dos nossos conhecimentos, parte é a gente que tem que procurar, a outra parte é ele que nos ajuda, ele que passa pra gente.”* Para Dayrell et al (2009, p. 79) os alunos “reconhecem a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem e demandam docentes mais qualificados e principalmente motivados, capazes de ministrar aulas dinâmicas e interessantes”. Em suma, demandam uma educação de qualidade.

Gráfico 7: Relação com os professores

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

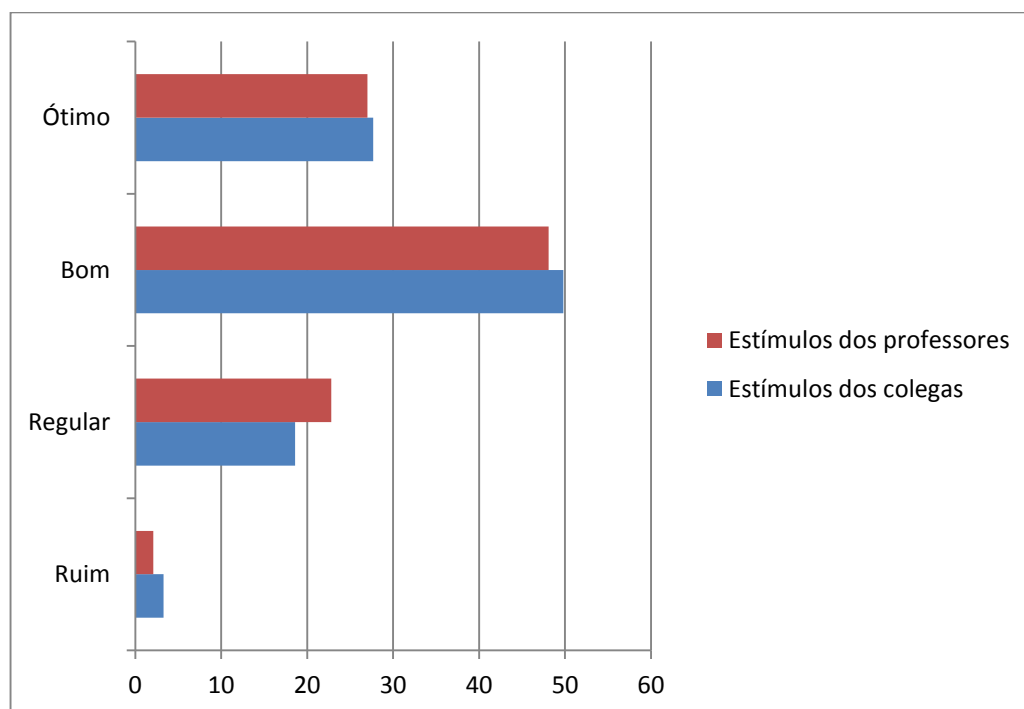
A relação tanto com os professores quanto com os colegas também foi avaliada positivamente. Ao somarmos o item bom e ótimo, no caso da relação com os professores chega ao percentual de 88,5% e na relação com os colegas 92,3%. No grupo focal fica evidente em uma das falas da aluna a boa relação entre os alunos e a figura do professor no curso técnico. “*A interação entre professor e aluno é totalmente diferente. Eles realmente se esforçam para nós realmente aprendermos e ainda a gente tem a oportunidade de fazermos um estágio*” (Aluna2).

Gráfico 8: Relação com os colegas

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A escola, em muitos casos, é definida como um espaço privilegiado de encontro e socialização. Segundo Dayrell et al (2009, p. 78), “a partir dela e dos locais onde vivem, os jovens se organizam em grupos, vivenciam processos de aprendizagem, sociabilidade e, conseqüentemente, de afetividade”. A questão da afetividade também é percebida não somente na relação com os colegas, mas também na relação com os professores, conforme podemos ver na fala de uma aluna no grupo focal: *“você tem mais intimidade com o professor e aí você explica se falta, fala um pouco da vida, você tem uma conversa, tem um diálogo”* (Aluna 1).

Gráfico 9: Estímulos dos professores e colegas



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Os estímulos realizados tanto pelos colegas quanto pelos professores foram considerados bons, isso talvez se deva ao fato de terem estabelecido uma boa relação com os mesmos durante a formação. A instituição escolar também possui papel fundamental para uma formação de qualidade. É importante que a escola ofereça a seus alunos experiências aliando a teoria com a prática. Em relação às vivências na escola, podemos observar pelo gráfico 10, que é proporcionado aos alunos experiências profissionais relacionadas com a área de formação do curso técnico com certa frequência.

Gráfico 10: Experiências profissionais durante a formação

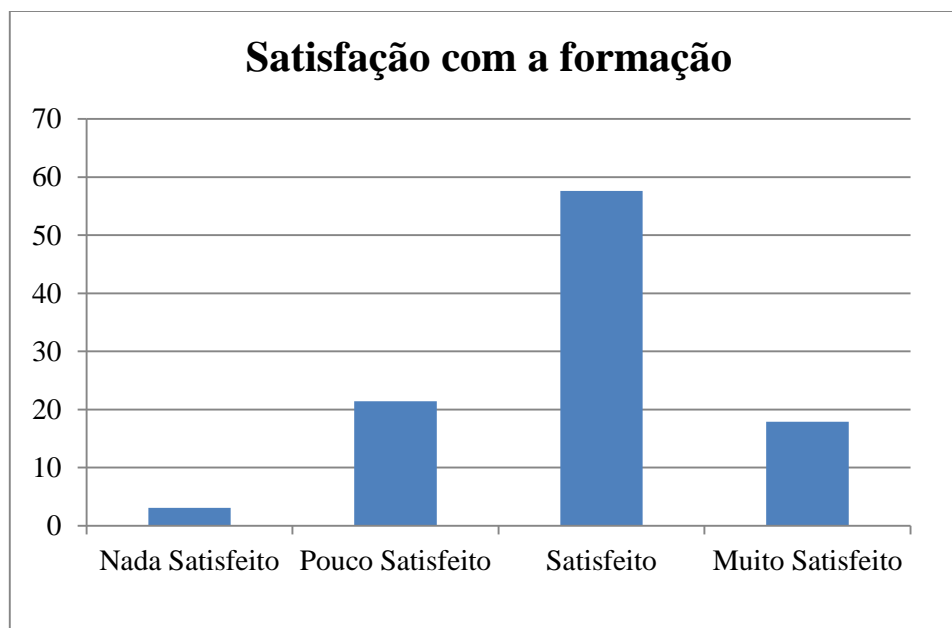
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Outro ponto que foi levantado no grupo focal diz respeito ao caráter prático que os cursos possuem.

“O pessoal de eletrotécnica diz que eles sabem mais que os engenheiros, pra eles só tem teoria e não tem prática, então o engenheiro só serve para encher o saco (risos). É o que eles falam! Eles falam isso porque o técnico é voltado mais para a prática e o superior é mais teoria, a maioria. O pessoal também fala na escola que o técnico realmente é prática e você aprende a teoria de qualquer forma porque você tá praticando.” (Aluna 3)

Pela fala da aluna nota-se a percepção que os alunos possuem dos cursos técnicos, sendo classificados por alguns como cursos práticos, mas devemos levar em consideração que apesar do trabalho, ou a prática, produzir o conhecimento necessário a vida produtiva é importante o domínio efetivo e científico de seu trabalho, que pode ser alcançado pela teoria (Regattieri e Castro, 2010).

Os itens acima avaliados pelos estudantes dos cursos técnicos, como a infraestrutura da escola, conteúdos, relação e estímulos dos colegas e professores e as experiências que lhe são proporcionadas no ambiente escolar, influencia diretamente a satisfação do aluno com a sua formação.

Gráfico 11: Grau de satisfação com a formação técnica

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

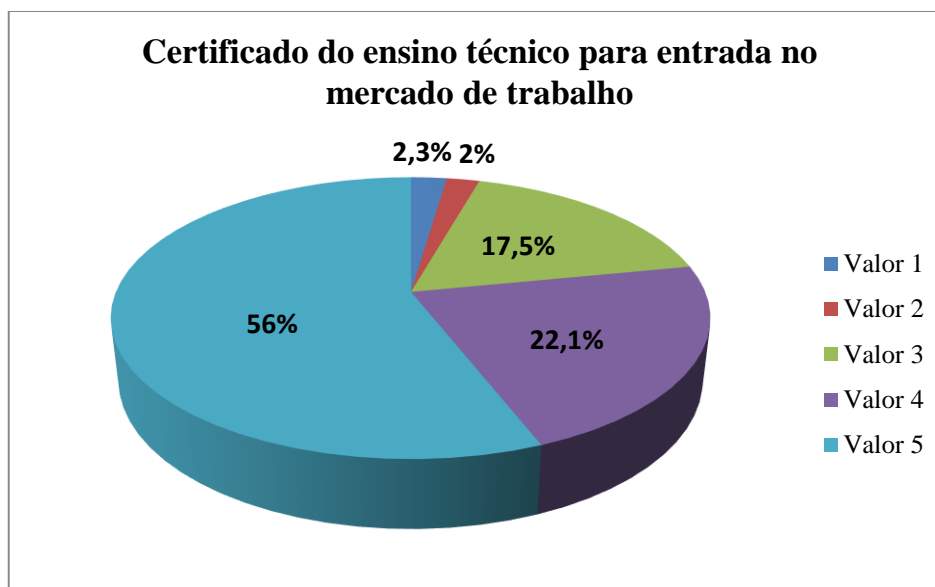
O gráfico 11 mostra que a maioria dos alunos estão satisfeitos com a formação técnica e que mesmo com as limitações que muitas escolas enfrentam estas estão suprimindo as necessidades educacionais e expectativas dos alunos. Os tópicos anteriormente avaliados pelos alunos como positivos com certeza contribuíram para o resultado referente à satisfação.

5.4 Das perspectivas futuras

Embora o jovem reconheça a juventude como uma fase com muitas expectativas por diversas vezes encontra-se cercado por dúvidas, incertezas e anseios, principalmente relacionados ao futuro. Diante disso, esse tópico buscou compreender as expectativas dos alunos quanto ao seu futuro principalmente de continuidade nos estudos e a importância que eles atribuem ao curso técnico.

Em uma das questões os alunos respondentes do questionário atribuíram à alguns itens um valor de 1 a 5, a sendo que 1 representa o menor grau de importância e 5 o maior grau de importância.

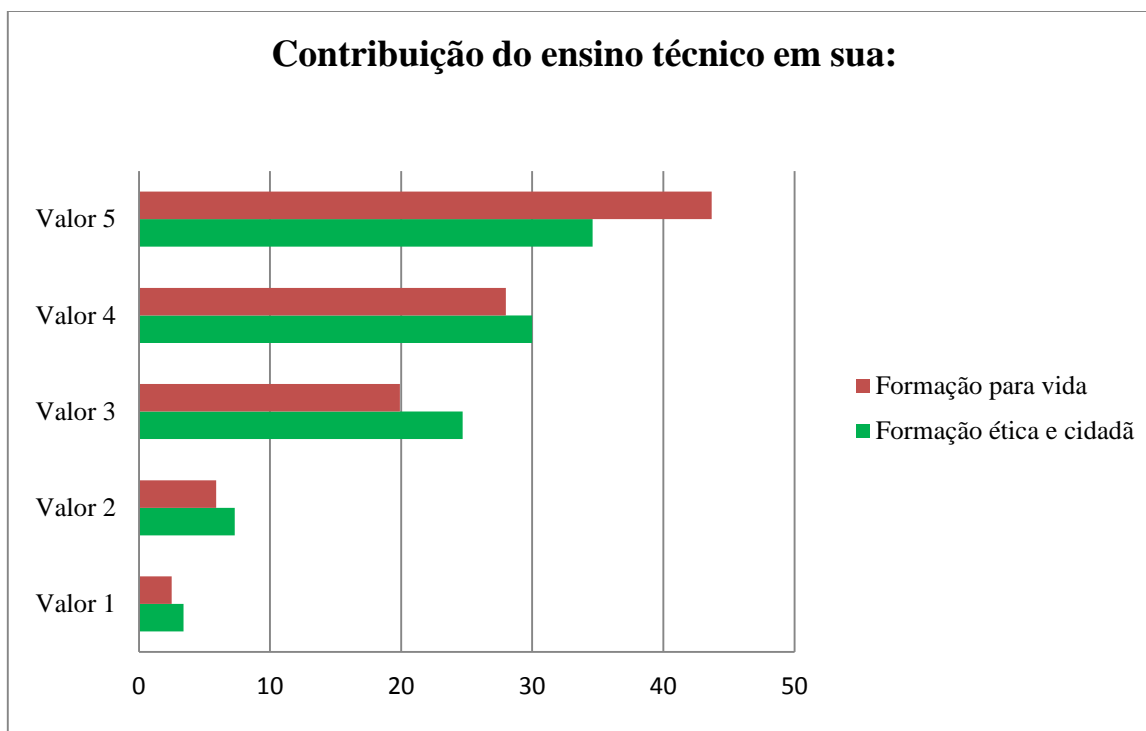
Gráfico 12: Importância do certificado do Curso Técnico



Dos respondentes, 95,3% acham que o curso técnico prepara para a entrada no mercado de trabalho e pelo que podemos ver pelo gráfico 12 estes atribuem grande importância do certificado para a inserção no mundo laboral. Para a aluna 1, participante do grupo focal, a partir da certificação do ensino técnico “*you have knowledge in an area, computer or in the case of nutrition, you get a much better result in the labor market is easier to get*”.

Outro ponto levantado pelas alunas do grupo focal se refere à falta de pessoas especializadas para atuar no mercado de trabalho. Uma das alunas comenta “*tem muitas vagas, só faltam pessoas especializadas*” (Aluna 4). Outra aluna complementa a fala da anterior afirmando que “*o problema são as pessoas que não estão preparadas para aquele serviço e entre as coisas que eles também pedem é experiência*” (Aluna 2). A partir das falas das alunas podemos dizer que o fato do jovem realizar um curso técnico é um diferencial que o torna mais qualificado e, portanto mais preparado para atuação profissional.

A aluna levanta um problema em relação à experiência que muitas vezes é exigida ao jovem quando este procura um emprego “*isso que eu acho engraçado, a pessoa chega vai procurar um trabalho, aí você fala: - ah! você não tem experiência! Como a pessoa vai conseguir experiência se ninguém dá oportunidade. E, eles pedem isso*” (Aluna 1). Podemos notar que a falta de experiência dos jovens é uma das dificuldades enfrentadas na conquista da primeira oportunidade profissional e que contribui para as altas taxas de desemprego juvenil.

Gráfico 13: Contribuição do ensino técnico para formação

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Mais do que preparar para o mercado de trabalho é fundamental que a formação envolva aspectos subjetivos contribuindo para a formação de cidadãos críticos, capazes de enfrentar as mudanças cada vez mais presentes no mundo contemporâneo. Os alunos também consideram essa dimensão importante em sua formação. Conforme o gráfico 13 nos revela, 34,6% dos alunos atribuíram valor 5 à contribuição do ensino técnico para formação ética e cidadã e 43,7 também atribuíram valor 5 na formação para a vida.

Em relação às expectativas futuras de continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho, das quatro participantes do grupo focal, todas pretendem cursar o nível superior após a saída do ensino médio, e três querem ao mesmo tempo conciliar os estudos com o trabalho, apenas uma quer primeiramente dedicar seu tempo exclusivamente para o estudo.

“Eu penso em conciliar os dois, entrar numa faculdade e conseguir um emprego.” (Aluna 2).

“Eu também penso assim.” (Aluna 1)

“Assim, no meu caso eu pretendo pagar a faculdade, então eu tenho que tá trabalhando para pagar, então eu vou entrar mais cedo no mercado de trabalho. É um ponto a mais, eu vou tá trabalhando e vou poder pagar o curso superior que eu quiser.” (Aluna 3).

“Quando terminar o ensino médio eu vou tá no técnico ainda, e aí eu quero começar o superior e o técnico tudo junto. Eu acho melhor estudar primeiro e quando eu terminar depois trabalho”. (Aluna 4)

A situação não é diferente, dos respondentes do questionário, 83,8% pretendem cursar o nível superior e destes cerca da metade em uma área afim do curso técnico. O ensino superior é um dos caminhos que os jovens que participaram da pesquisa vislumbram como forma de prosseguimento nos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da educação profissional no Brasil foi marcado por uma dualidade estrutural, com uma educação propedêutica destinada a filhos de dirigentes e uma educação profissional para a classe trabalhadora (KUENZER, 2007; MANFREDI, 2002). Os governos ao longo do tempo assumiram posturas diferentes em relação à educação profissional.

No governo FHC, por exemplo, percebe-se que as ações para a educação profissional estavam sustentadas no discurso hegemônico neoliberal dominante em todo mundo nesse período. Institui a separação formal entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico, promovendo a formação fragmentada de trabalhadores de acordo com as demandas do mercado. Já no período do governo Lula foi estabelecido a possibilidade de reconstrução dos projetos políticos pedagógicos baseados em currículos integrados, conforme aponta Ortigara e Ganzeli (2011).

A juventude por sua vez é vivenciada de formas diferentes pelos jovens, que dependerá de variáveis de gênero, região de moradia, estrato social entre outros aspectos (UNESCO, 2004). Torna-se importante que as políticas públicas voltadas para esse segmento juvenil leve em conta sua diversidade e que essas políticas sejam de fato vivenciadas por esses jovens, ajudando-os no enfrentamento dos desafios contemporâneos e os apoiando nas suas escolhas e tomadas de decisão, pois, como afirma Brito

Os jovens ora são pessoas em processo transitório de desenvolvimento, quando devem buscar a identidade, autonomia, competência acadêmicas e profissionais, ora devem estar prontos, como força produtiva, aptos para o mercado, elemento contribuinte da renda familiar e/ou da sua própria independência, capaz de sobreviver pelos seus próprios meios. Para uns é um devir para a fase adulta, para outros é o "aqui-e-agora". (2006, p. 33)

A educação cumpre papel essencial no desenvolvimento do jovem, pois se constitui uma ferramenta para formação de indivíduos responsáveis e conscientes e que podem colaborar para uma mudança positiva na sociedade. Esta pesquisa buscou compreender a educação profissional e as perspectivas dos jovens do ensino técnico do Distrito Federal sobre suas expectativas futuras. Nota-se que dentre os fatores que motivam os jovens a realizar o ensino técnico estão a rapidez em sua formação, devido a duração do curso e por abrir oportunidade de inserção mais imediata no mercado de trabalho, embora visem o ensino superior como uma aspiração de continuidade, assim como alunos do no ensino médio.

Com relação ao contexto escolar percebe-se que os alunos sentem-se satisfeitos com a formação que estão recebendo e com as condições estruturais das escolas. A maioria dos cursos possui o estágio obrigatório, que proporciona ao aluno o contato com mercado de trabalho e assegurando que estes adquiram experiências profissionais. Durante a formação os jovens estabelecem vínculos de amizade com os colegas e professores tornando o ambiente escolar um espaço também de socialização.

Os resultados também mostram que os jovens veem o trabalho como uma categoria importante em suas vidas, ao mesmo tempo em que percebem as dificuldades de uma inserção profissional satisfatória em meio ao mundo do trabalho, considerado competitivo. A partir da percepção dessas dificuldades enfrentadas na inserção no mundo laboral, o jovem entende que precisa se qualificar. Diante disso, é possível afirmar que os jovens que procuram o ensino técnico estão interessados em qualificação profissional e nas possibilidades relacionadas ao mundo do trabalho. Realizar um curso técnico é apontado pelos jovens como um elemento que potencializa a entrada deles no mundo do trabalho como jovens que estão mais preparados. Os dados revelam que muitos pretendem continuar estudando na mesma área de formação do curso técnico, vista como o início de um processo maior que se completaria com a faculdade, que seria um passo a mais no processo de profissionalização.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

A finalização do curso de Pedagogia é uma conquista e assim como em outras fases da nossa vida, o término da graduação é um momento que carrega em si anseios, incertezas e ao mesmo tempo muita expectativa para o futuro. Durante o curso percebemos os vários campos de atuação do pedagogo, não se restringindo apenas a sala de aula, e o que nos leva a pensar no papel do pedagogo na sociedade. O trabalho com a educação a distância no TCU, destinado a um público adulto, abriu ainda mais meu olhos para a atuação do pedagogo em diversos espaços em que os princípios pedagógicos estão associados.

É fato que a prática profissional virá com a experiência concreta e que muitos desafios ainda virão pela frente. Meu interesse maior está voltado para os concursos públicos, que estejam relacionados com a minha área de formação. Inicialmente pretendo lecionar, preferencialmente na rede pública de ensino, e colocar em prática o que aprendi na universidade. Acredito que a experiência em sala de aula irá contribuir para melhor compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, não tenho pretensão de lecionar em longo prazo, almejando em um segundo plano, concurso público destinado ao cargo de pedagogo em ambiente não escolar.

Ao longo desses quatro anos fui gostando cada vez mais do curso de Pedagogia e pretendo também aprofundar os conhecimentos até aqui adquiridos por meio da pós-graduação. Enfim, espero poder trilhar meu caminho colocando em prática o que aprendi durante a minha formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, M. CASTRO, M. G. **Ensino médio: múltiplas vozes - Brasília**: UNESCO, MEC, 2003.

AQUINO, L. A **Juventude como foco das Políticas Públicas**. In: IPEA. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília, 2009.

BRANDÃO, M. S. da M. **Panorama histórico da Educação Profissional no Brasil**. In: LEITE, E. M; SOUZA, F. H. M. *Centros públicos de educação profissional: teorias, propostas, debates e práticas*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2002.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional** - 5ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

_____, Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

_____, Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/99**, Brasília: 1999.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Subsídios para o processo de discussão da Proposta de Anteprojeto da Lei da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. 2004.

_____, Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____, Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

BRITO, M. L. de. Juventude Pobreza e Trabalho: **Desafios para o mundo contemporâneo**. Fortaleza, 2006. 139 p.

CARRANO, P. **Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática**. In: PAPA, F. C; FREITAS, M. V. Juventude em pauta. São Paulo. Peirópolis, 2011.

CARVALHO, O. F. de. **Educação e Formação Profissional: trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. Ed – Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DASLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed – Pretrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DAYRELL, J. et al. *Juventude e Escola*. In: SPOSITO, M. P. **Estado da Arte da juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social**. Volume 1. Belo Horizonte/MG. Argvmentvm. 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000300017&script=sci_arttext. Acesso em: 05 de outubro de 2013.

GARCIA, S.R. de O. O Fio da História: A Gênese da Formação Profissional no Brasil. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>. Acesso em: 13 de setembro de 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo. Atlas: 2009.

KUENZER, **Educação e trabalho no Brasil e estado da questão**. Santiago: REDUC, 1991.

_____, **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007. Col. Questões da Nossa Época, v. 63.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo. Cortez 2002.

MOLL, J. **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre. Artmed. 2010

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. 2007. Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=16939. Acessado em: 19 de outubro/2013

OLIVEIRA J. F. A; CARNEIRO, M. E. F. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-019.pdf. Acessado em: 17 de novembro de 2013

ORTIGARA, C.; GANZELI, P. **Regulação nas Políticas para Educação Profissional nos Governos FHC e Lula: Trabalho e Cidadania**. 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0109.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

POCHMANN, M. *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, D. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34. Jan/abr. 2007. P. 152-180.

SILVA, E. R. A; ANDRADE, C. C. *A Política Nacional de Juventude: Avanços e dificuldades*. In: IPEA. **Juventudes e políticas sócias no Brasil**. Brasília. 2009.

SPOSITO, M. P. **Estado da Arte da juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social**. Volume 1. Belo Horizonte/MG. Argvmentvm. 2009.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília: 2004.

REGATTIERI, M; CASTRO, J. M. (Org). **Ensino Médio e Educação Profissional: Desafios da integração**. 2^a ed – Brasília: UNESCO, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A: Estado em que nasceu

ESTADO	QNT. DE PESSOAS	%
Acre	1	0,2%
Alagoas	2	0,4%
Amazonas	1	0,2%
Bahia	23	4,7%
Ceará	8	1,6%
Distrito Federal	293	59,8%
Goiás	36	7,3%
Maranhão	29	5,9%
Minas Gerais	22	4,5%
Mato Grosso	2	0,4%
Pará	3	0,6%
Paraíba	4	0,8%
Pernambuco	2	0,4%
Piauí	29	5,9%
Paraná	2	0,4%
Rio de Janeiro	8	1,6%
Rio Grande do Norte	2	0,4%
Rondônia	1	0,2%
Rio Grande do Sul	2	0,4%
Santa Catarina	2	0,4%
Sergipe	1	0,2%
São Paulo	10	2,0%
Tocantins	7	1,4%
Obs.: 10 alunos não responderam ao item		

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Apêndice B: Cidade onde mora

CIDADE	QNT. DE PESSOAS	%
Águas Claras	6	1,2%
Brasília	80	16,6%
Brazlândia	3	0,6%
Candangolândia	5	1,0%
Ceilândia	43	8,9%
Cruzeiro	4	0,8%
Fercal	1	0,2%
Gama	24	5,0%
Guará	16	3,3%
Itapoã	4	0,8%
Núcleo Bandeirante	4	0,8%
Paranoá	8	1,7%
Planaltina	13	2,7%
Recanto das Emas	47	9,7%
Riacho Fundo I	6	1,2%
Riacho Fundo II	10	2,1%
Samambaia	51	10,6%
Santa Maria	30	6,2%
São Sebastião	8	1,7%
SCIA/Estrutural	3	0,6%
Sobradinho I	20	4,1%
Taguatinga	48	9,9%
Regiões do Entorno	49	10,1%
Obs.: 17 alunos não responderam ao item		

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Apêndice C: Outros motivos de ingresso nos cursos técnicos

OUTRO MOTIVO	FREQUÊNCIA
Aprofundar conhecimentos / Aprendizado	6
Afinidade / Gostar da área	6
Ganhar dinheiro	4
Passar em um concurso	3
Ter uma profissão	3
Capacitação profissional	3
Vontade dos pais / Família	2
Aumentar a renda familiar	2
Complementar hora na faculdade	2
Aperfeiçoamento na área	1
Facilidade para encontrar emprego	1
Boa remuneração	1
Cursa nível superior na área do curso técnico	1
Qualidade do ensino	1
Reinserção no mercado de trabalho	1
Hobby	1
Escassez de profissionais capacitados	1
Curso público	1
Horário do curso	1
Ter determinada profissão	1
Sonho	1

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Apêndice D – Carta apresentada às instituições



Universidade de Brasília-UnB
Decanato de Pesquisa e Pós Graduação
Programa de Iniciação Científica-ProIC/UnB

Brasília, outubro de 2011.

Sr. Diretor;

Vimos por meio desta, apresentar o projeto: **“Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho”**. Trata-se de um estudo sobre alunos de ensino médio e ensino técnico com objetivo de compreender suas visões sobre o período de transição entre a finalização da educação básica e a perspectiva futura, seja de continuidade na formação pelo ensino superior, seja de sua inserção no mercado laboral. Realizado no Distrito Federal, nosso objeto de estudo se apresenta como alunos de escolas localizadas no Plano Piloto, Região do Lago e outras Regiões Administrativas. Sendo uma pesquisa que se utiliza de dados qualitativos e quantitativos, necessitaremos do apoio de sua escola em dois momentos: inicialmente com a permissão para selecionarmos dois (02) alunos para compor um grupo focal a ser realizado nas dependências da Universidade de Brasília, e em um segundo momento com a permissão da escola para que certo número de alunos esteja respondendo aos nossos questionários.

Contando com a vossa compreensão e solidariedade, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir.

Atenciosamente;

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Orientador do Projeto

Juliana Pereira Gomes
Bolsista do PIBIC/ProIC - UnB

Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Pós-graduação
Programa de Iniciação Científica – ProIC /UnB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho”

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Responsável: Juliana Gomes
Contato: 9194-8851 – juliana.pgomes@hotmail.com

Prezado(a) estudante;

Convido-o a participar de forma voluntária, de um grupo focal que faz parte da pesquisa “Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho”, sob orientação do Prof. Dr. Bernardo Kipnis. Essa pesquisa tem por objetivo analisar a visão de alunos matriculados no ensino médio e técnico em relação à continuidade de sua formação e/ou a inserção no mercado laboral.

Comprometo-me a prestar-lhe todo o esclarecimento necessário para que possa decidir participar ou não desta pesquisa. Você tem o direito de desistir de sua participação a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Sua participação consistirá na participação em um grupo focal com duração aproximadamente de 2 horas a ser realizado na Universidade de Brasília. O grupo de pesquisa assume o compromisso de arcar com os custos de transporte.

Confidencialidade da pesquisa: Essa pesquisa restringe-se a fins acadêmicos, mesmo quando houver divulgação dos resultados sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permite identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para compreensão do fenômeno a ser estudado e, para a produção do conhecimento científico.

Sua assinatura indica a sua concordância em fornecer as informações solicitadas.

Distrito Federal, de de 2011.

Nome Completo

Assinatura

Apêndice F – Autorização para grupo focal (Alunos menores de 18 anos).



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Pós-graduação
 Programa de Iniciação Científica – ProIC /UnB

Senhores pais/responsáveis;

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de compreender as visões dos alunos sobre o período de transição entre a finalização da educação básica e a perspectiva futura, seja de continuidade na formação pelo ensino superior, seja de sua inserção no mundo do trabalho.

A pesquisa qualitativa acontecerá por meio de um grupo focal a ser realizado nas dependências da Universidade de Brasília. Os participantes terão os custos com o transporte reembolsados e suas identidades mantidas em sigilo.

Para tanto, necessitaremos contar com sua colaboração, permitindo a participação de seu filho (a) na pesquisa.

AUTORIZAÇÃO

Eu responsável pelo aluno (a)
, turma, autorizo sua participação na pesquisa: **“Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho”**, que consiste na participação em um grupo focal a ser realizado no dia 19 de Novembro de 2011 na Faculdade de Educação da UnB das 14:00hs às 16:00hs.

 Assinatura do responsável

Distrito Federal, de de 2011.

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
 Orientador do Projeto

Juliana Pereira Gomes
 Bolsista do PIBIC/ProIC - UnB

Apêndice G – Termo de Confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kipnis

Pesquisadores responsáveis: Juliana Pereira Gomes e Verônica Moreno da Silva.

Instituição: Universidade de Brasília

Telefones para contato: 91948851 e 81819216

Local da coleta de dados: Faculdade de Educação - UnB

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através da gravação de vídeo e áudio do grupo focal realizado na Faculdade de Educação – UnB. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade das pesquisadoras em questão por um período de aproximadamente 2 anos. Esclarecidos tais termos, os participantes por sua vez, permitem a gravação e utilização dos dados para fins de análise qualitativa.

Brasília,dede 2011

Nome Completo

Assinatura

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Orientador do Projeto

Juliana Pereira Gomes
Bolsista do PIBIC/ProIC – UnB

Verônica Moreno da Silva
Bolsista do PIBIC/ProIC - UnB

Apêndice H – Roteiro para grupo focal

- Apresentação;
- Como foi a escolha pelo curso técnico;
- O que acham do contexto escolar
 - Professores
 - Infraestrutura
 - Conteúdos
- Como vêem o trabalho na constituição do ser humano;
- Vantagens de fazer o curso técnico;
- Mercado de trabalho;
- Planos para futuro
 - Ensino superior.

Apêndice I – Questionário aplicado aos alunos



Universidade de Brasília-UnB
Decanato de Pesquisa e Pós Graduação
Programa de Iniciação Científica-ProIC/UnB

Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho

Caro estudante,

Com o apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília(ProIC/UnB), estamos dando início à pesquisa: **Formação propedêutica e formação técnica: o dilema de jovens quanto à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho**, que tem como objetivo principal analisar a visão de alunos matriculados em escolas de ensino médio e ensino técnico em relação à continuidade de sua formação e/ou inserção no mundo do trabalho.

Assim sendo, contamos com sua imprescindível colaboração, para responder ao questionário com exatidão e presteza. Ressaltamos o nosso compromisso com a confidencialidade das informações prestadas, que serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e não há necessidade de identificação.

Desde já, agradecemos sua colaboração para a construção de nossa pesquisa.

Cordialmente,

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Orientador do Projeto

Juliana Gomes e Verônica Moreno
Bolsistas do PIBIC/ProIC - UnB

QUESTIONÁRIO

Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

Idade:

☐ Abaixo dos 16 anos ☐ Entre 16 e 18 anos ☐ Acima de 19 anos

Estado civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ Viúvo ☐ União Estável ☐ Outro

Você tem filhos: ☐ Sim, nº ____ ☐ Não

Escolaridade:

<input type="checkbox"/> Não alfabetizada	<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo	<input type="checkbox"/> Ensino Superior completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Pós- Graduação

Escolaridade do Pai:

<input type="checkbox"/> Não alfabetizada	<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo	<input type="checkbox"/> Ensino Superior completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Pós- Graduação

Escolaridade da Mãe:

- () Não alfabetizada
 () Ensino Fundamental incompleto
 () Ensino Fundamental completo
 () Ensino Médio incompleto

- () Ensino Médio completo
 () Ensino Superior incompleto
 () Ensino Superior completo
 () Pós- Graduação

Residência: () Alugada () Cedida () Própria () outro

Mora com: () com os pais () Somente com a mãe () Somente com o pai () Avós, tios e/ou outros familiares () Cônjuge () Outros

Quantas pessoas moram em sua casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

Trabalha:

- () sim, até 6 horas diárias () Sim, entre 6 e 8 horas diárias () Sim, mais de 8 horas diárias () Não

Se, você trabalha qual a sua renda individual?

- () Até R\$ 622,00
 () De R\$ 622,01 até R\$ 1244,00
 () De R\$ 1244,01 até 1866,00
 () De R\$ 1866,01 até R\$ 2488,00
 () Acima de R\$ 2488,01

A renda total de sua família é de:

- () Até R\$ 622,00
 () De R\$ 622,01 até R\$ 1244,00
 () De R\$ 1244,01 até 1866,00
 () De R\$ 1866,01 até R\$ 2488,00
 () Acima de R\$ 2488,01

Cidade onde nasceu: _____ **Estado:** _____

Cidade onde mora atualmente: _____

Cidade onde se localiza sua escola técnica: _____

Turno do curso técnico:

- () Matutino () Vespertino () Noturno

O seu curso técnico é:

- () Integrado () Concomitante () Subsequente
 () Não sei responder

Como ficou sabendo do curso técnico?

- () através de um parente, amigo/ou conhecido
 () através da escola
 () através da internet
 () através da televisão e/ou rádio
 () outro

Ao decidir fazer o curso técnico, você sabia o que era? () sim () não

Dentre os fatores abaixo, escolha dois que mais interferiram na sua escolha pelo curso técnico, coloque 1 para o mais relevante e 2 para o segundo mais relevante:

- () o preço () formação mais rápida () se qualificar para o mercado de trabalho
 () facilidade na entrada em um curso técnico () Outro: _____

Na sua escolha pelo curso técnico houve alguma imposição por parte dos pais e/ou outro familiar?

☐ sim, totalmente ☐ sim, em parte ☐ não

Durante a sua formação técnica é lhe proporcionado experiências profissionais?

☐ sempre ☐ às vezes ☐ raramente ☐ nunca

Você acha que o curso técnico prepara para a atuação no mercado de trabalho? ☐ sim ☐ não

O seu curso possui um estágio obrigatório? ☐ sim ☐ não

Qual o seu grau de satisfação com relação a formação que está recebendo no curso técnico?

☐ nada satisfeito ☐ pouco satisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

Pretende cursar o nível superior? ☐ sim ☐ talvez ☐ não

Se sim ou talvez, pretende cursar um curso de nível superior em uma área afim do curso técnico?

☐ sim ☐ talvez ☐ não

Avalie os itens abaixo de acordo com a escala da tabela com relação ao seu processo de aprendizagem na escola.

Item	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não se aplica
Matéria / conteúdos estudados					
Infraestrutura da escola					
Relação com os professores					
Relação com os colegas					
Estímulo dos professores					
Estímulo dos colegas					
Desempenho pessoal					

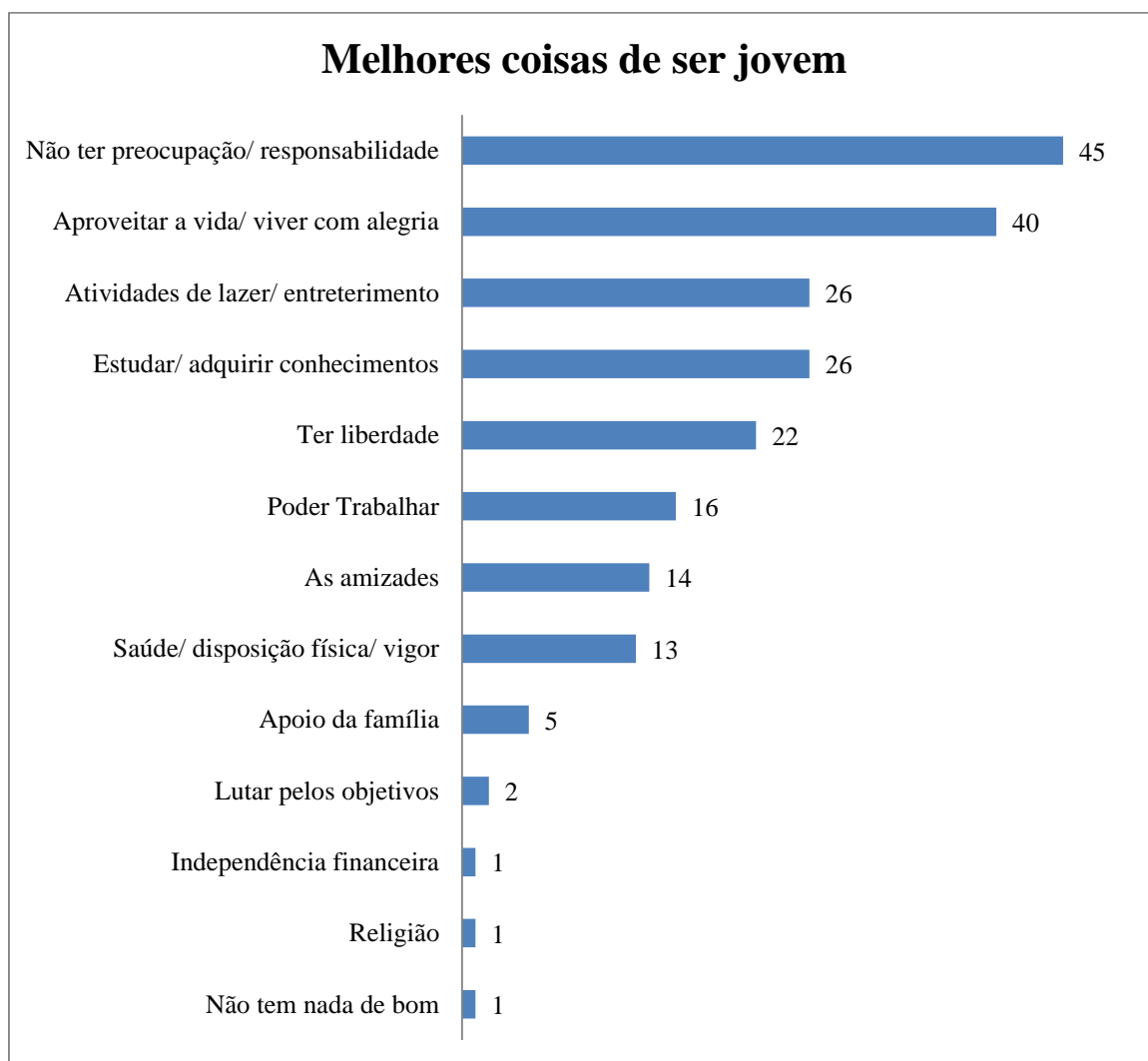
Atribua o grau de importância para cada um dos itens abaixo, sabendo que 1 corresponde à nenhum valor e 5 o valor máximo.

Item	Valor				
	1	2	3	4	5
Certificado do ensino técnico no para entrada no mundo de trabalho					
Contribuição do ensino técnico em sua formação ética e cidadã					
Contribuição do ensino técnico em sua formação para a vida					

ANEXOS

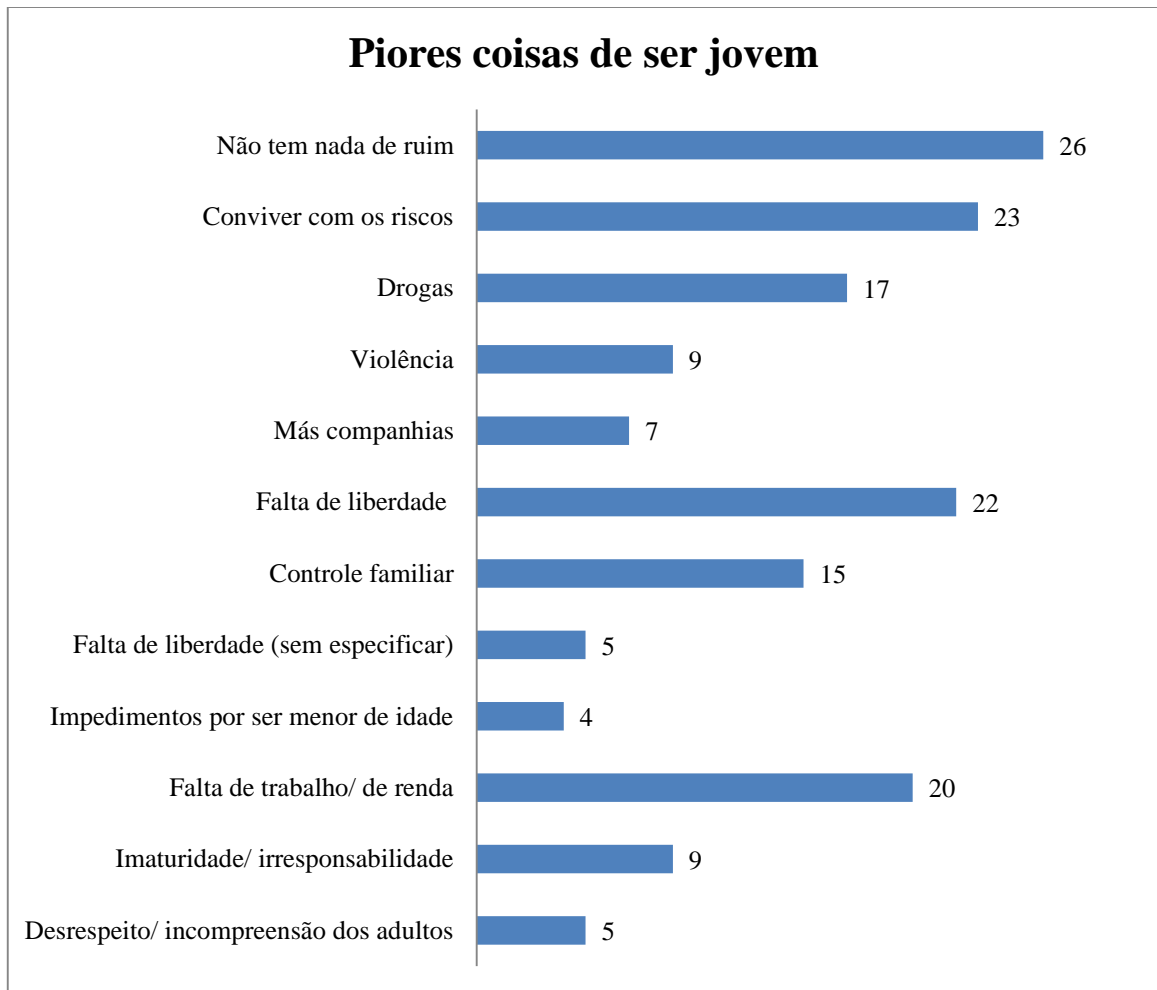
Anexo I: Pesquisa: Perfil da Juventude Brasileira

1.1 – Melhores coisas de ser jovem – Síntese



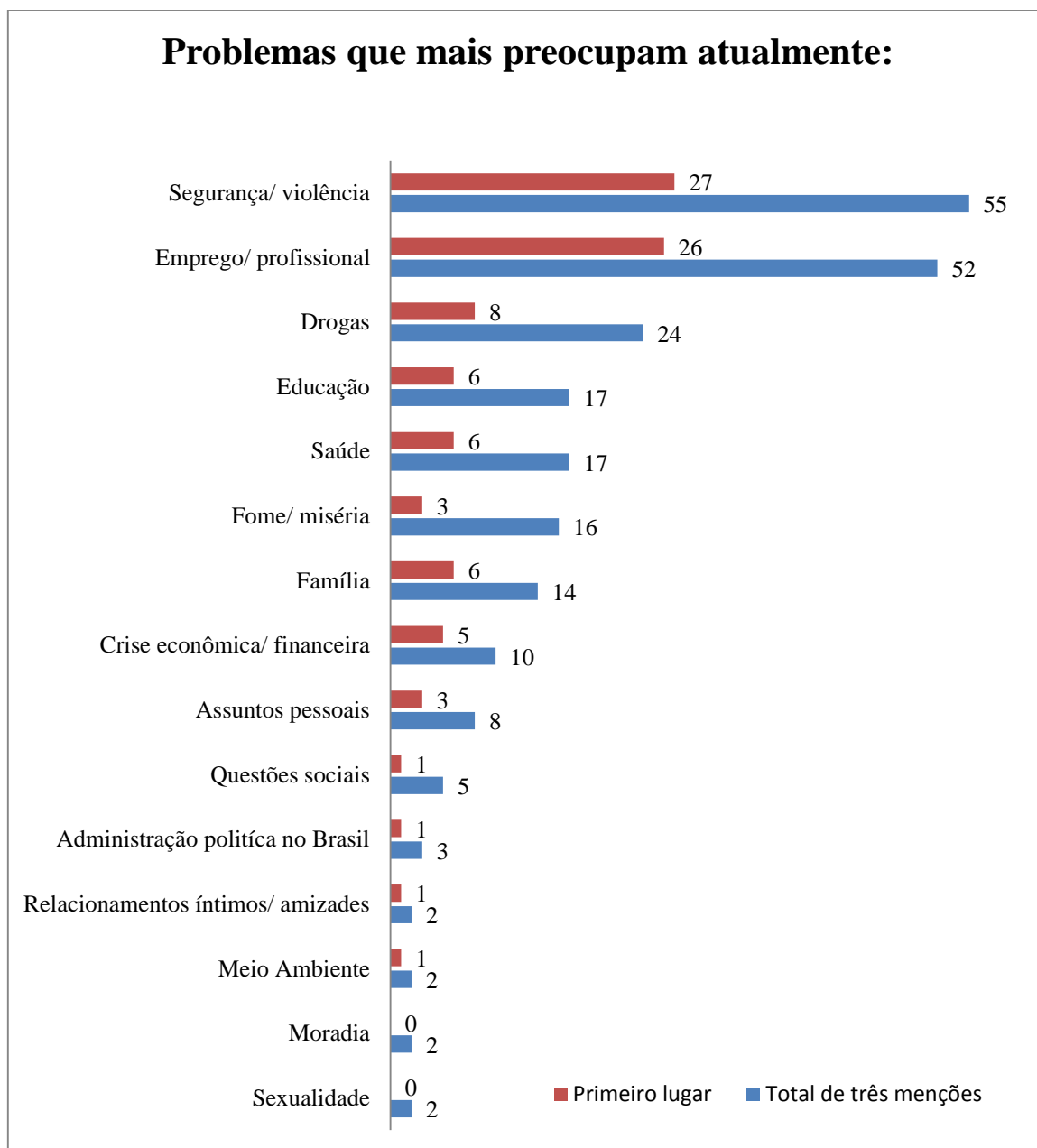
Fonte: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

1.2 - Piores coisas de ser jovem – Síntese



Fonte: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

1.3 - Problemas que mais preocupam atualmente



Fonte: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.